

2º CICLO
ARQUEOLOGIA

Necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel)

Contributo para o estudo das cerâmicas

Rita d'Alte Sousa Pires

M

2024



Rita d'Alte Sousa Pires

Necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel)

Contributo para o estudo das cerâmicas

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, orientada pelo
Professor Doutor Rui Manuel Lopes de Sousa Morais e pelo Professor Doutor Rui
Manuel Sobral Centeno

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2024

Rita d'Alte Sousa Pires

Necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel)

Contributo para o estudo das cerâmicas

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, orientada pelo
Professor Doutor Rui Manuel Lopes de Sousa Morais e pelo Professor Doutor Rui
Manuel Sobral Centeno

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*"The future belongs to those who believe
in the beauty of their dreams."*

Eleanor Roosevelt

Sumário

Declaração de honra	3
Agradecimentos	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice de Figuras	8
Índice de Tabelas	9
Introdução.....	10
Parte I – Contextualização.....	14
1. O mundo funerário romano	14
1.1. Conceito de morte para os romanos.....	14
1.2. As tradições fúnebres e preservação da memória dos defuntos.....	18
1.3. Tipos de enterramento.....	25
1.3.1. Inumação	27
1.3.2. Incineração	30
1.4. Oferendas e vestígios encontrados em contexto funerário.....	34
1.4.1. A cerâmica	36
1.4.1.1. A cerâmica comum	38
1.4.2. Outros bens funerários	39
2. Necrópoles romanas no município de Penafiel	43
3. A necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel)	45
3.1. Contextualização	45
3.2. Fases de utilização da necrópole.....	46
3.3. As sepulturas	48
3.3.1. Inumação	50
3.3.2. Incineração	51
3.4. O mobiliário funerário	52
3.5. A relação da necrópole com um eventual povoado.....	56
Parte II – Estudo do mobiliário cerâmico da necrópole de Montes Novos	57
1. Objetivos e metodologia	57

2. Desenho e tratamento gráfico de materiais arqueológicos	63
2.1. O desenho arqueológico	63
2.2. Tratamento gráfico dos desenhos.....	65
2.3. Desenho e inventário do mobiliário cerâmico da necrópoles de Montes Novos	66
3. Análise crono-tipológica das cerâmicas	68
3.1. Tipologias.....	68
3.2. Conjuntos cerâmicos em contexto funerário	73
3.3. Fabricos.....	75
3.4. Paralelos	84
3.5. Grafitos e marcas de oleiro	86
3.6. Outros aspetos: orifícios e defeitos na cozedura	89
Considerações Finais	90
Referências Bibliográficas	92
Anexos	101
Parte I: Mapas e plantas.....	101
Parte II: Tabelas	105
Parte III: Imagens	110
Parte IV: Inventário das sepulturas e do mobiliário cerâmico de Montes Novos	115

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa para realização de parte(s) da presente dissertação.

Porto, setembro de 2024

Rita d'Alte Sousa Pires

Agradecimentos

A conclusão desta dissertação não teria sido possível sem o apoio de todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram ao longo de todo este percurso.

Começo por agradecer ao Professor Doutor Rui Morais, o meu orientador, por toda a disponibilidade, paciência, confiança e conselhos, que me permitiram chegar ao final desta etapa. Agradeço igualmente ao Professor Doutor Rui Centeno, pelo seu contributo e coorientação, assim como pela disponibilização de bibliografia que foi indispensável para a realização deste trabalho.

Ao Museu D. Diogo de Sousa e à Dra. Isabel Silva, que em 2022 era a Diretora desta instituição, e ao Professor Doutor Rui Morais, um muito obrigada pela oportunidade de realizar a formação em desenho de materiais arqueológicos e também de conhecer profissionais com quem convivi e aprendi muito. À Dra. Amélia Marques, responsável pelo Departamento de Desenho Arqueológico do Museu D. Diogo de Sousa, um enorme obrigada por me ter ensinado tudo sobre o desenho de materiais arqueológicos e por ter reconhecido em mim um potencial que me deu a confiança necessária para elaborar os desenhos do vasto espólio cerâmico de Montes Novos. Pelos dias passados a desenhar e a aprender consigo, por estar sempre à distância de uma chamada e por todas as palavras e carinho que nunca esquecerei. Ao Dr. Nuno Oliveira, na altura estudante de Doutoramento, obrigada pela formação em vectorização e tratamento gráfico de materiais arqueológicos, também essencial para a realização desta dissertação, e por todos os conselhos e ajuda prestada no tratamento gráfico dos desenhos.

Aos técnicos do Museu Municipal de Penafiel, deixo um enorme agradecimento por me terem acolhido tão bem durante a realização da componente prática deste trabalho. À Dra. Helena Bernardo, do Serviço de Gestão do Património Cultural do Museu Municipal de Penafiel, por toda a companhia e amizade, pelas viagens entre Porto e Penafiel repletas de conversas e gargalhadas e por ter estado sempre disponível para esclarecer qualquer dúvida. Muito obrigada por todos os conselhos que me ajudaram a crescer enquanto arqueóloga, e por toda a ajuda incansável na revisão da

presente dissertação. À Dra. Maria José Santos, Diretora do Museu, que tão bem me recebeu e pelo apoio e carinho que nunca deixou de me dar. Ao Manuel Ribeiro, responsável pelo Serviço de Documentação, pela elaboração de todo o registo fotográfico dos objetos que aqui apresentamos e também pela ajuda na digitalização dos desenhos.

À Dra. Teresa Soeiro, com quem tive a honra de trabalhar lado a lado, pelos conselhos e partilha dos seus vastos conhecimentos acerca do mundo funerário romano, nomeadamente no que concerne ao concelho de Penafiel, pela ajuda na divisão das peças por fabricos, e por ter disponibilizado o seu tempo para a revisão desta dissertação e do respetivo inventário.

No desenvolvimento dos trabalhos da dissertação, o estudo acabou por integrar-se no âmbito do projeto de investigação “CERPOR – Mil Anos de Cerâmica na Cidade do Porto”, um projeto colaborativo entre o CITCEM-FLUP e a Câmara Municipal do Porto que visa o estudo da cerâmica proto-histórica e romana no Porto e sua região. Neste âmbito, cabe-me agradecer ao Doutor António Manuel Silva, coordenador daquele projeto e técnico superior da Câmara Municipal do Porto, por todo o apoio e conselhos fundamentais, pelo fornecimento de material bibliográfico muito relevante para esta dissertação e pela ajuda preciosa com as respetivas referências bibliográficas, e por toda a disponibilidade que amavelmente ofereceu para fazer uma leitura prévia deste trabalho.

Por fim, quero deixar um agradecimento aos meus pais, que desde o início apoiaram o meu percurso académico e tornaram esta realidade possível, e aos meus amigos, de Arqueologia e não só, por terem sempre acreditado em mim, pelas tardes a trabalhar ao meu lado, palavras de apoio, ouvidos e ajuda disponibilizada sempre que precisei, e por me terem dado sempre força para concluir esta etapa.

Resumo

Esta dissertação pretende ser um contributo para o estudo da necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel), centrado no respetivo mobiliário cerâmico que se encontra acondicionado na Reserva de Arqueologia do Museu Municipal de Penafiel. Trata-se de uma necrópole tardo-romana descoberta, com pontuais sepulturas mais antigas, do século II d.C., acidentalmente em 1987, o que levou à realização imediata de uma escavação de emergência, posteriormente concluída por Gilda Correia Pinto, a qual utilizou os resultados como tema para a sua dissertação de mestrado, em 1996. Em 2021, foi elaborado um contributo para o estudo do espólio numismático desta necrópole, no âmbito da dissertação de mestrado de Ana Rita Pinto.

Neste sítio arqueológico de longa duração, dado que também foram identificados indícios da utilização do mesmo espaço para enterramento durante a Pré-História Recente, destaca-se a coexistência espacial dos rituais da inumação e incineração.

Com esta dissertação, pretendeu-se destacar a importância do estudo cronotipológico do mobiliário funerário, permitindo-nos obter maior informação sobre este arqueossítio, nomeadamente sobre os hábitos de produção e de consumo dos seus utilizadores. Realça-se, ainda, a importância do desenho técnico aplicado à Arqueologia para este tipo de estudos, bem como a análise dos fabricos deste mobiliário cerâmico, permitindo, entre outros aspetos, uma atualização do inventário museológico.

Palavras-chave: Necrópole, Montes Novos, Penafiel, cerâmica.

Abstract

This dissertation aims to be a contribution to the study of the necropolis of Montes Novos (Croca, Penafiel), focusing on the respective ceramic collection that is housed in the Archeology Reserve of the Municipal Museum of Penafiel. It's a late-Roman necropolis discovered accidentally in 1987, which led to an immediate emergency excavation, later completed by Gilda Correia Pinto, who used the results as a topic for her master's dissertation in 1996.

In this long-term archaeological site, given that evidence of the use of the same burial space during Recent Prehistory was also identified, the spatial coexistence of inhumation and incineration rituals stands out.

Através desta dissertação pretende-se destacar a importância da análise cronotipológica de materiais cerâmicos, da qual resultam dados que nos permitem obter diversas informações acerca do sítio arqueológico e dos hábitos de produção e/ou consumo das populações, assim como do desenho técnico aplicado à Arqueologia, neste caso de materiais cerâmicos, como um complemento relevante para o seu estudo.

This dissertation aims to highlight the importance of the chrono-typological study of funerary furniture, allowing us to obtain more information about this archaeological site, namely about the production and consumption habits of its users. It also highlights the importance of technical drawing applied to Archaeology for this type of study, as well as the analysis of the manufacture of this ceramic furniture, allowing, among other aspects, an update of the museum inventory.

Key-words: Necropolis, Montes Novos, Penafiel, pottery.

Índice de Figuras

FIGURA 1- SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE ÉPOCA ROMANA NO MUNICÍPIO DE PENAFIEL.....	102
FIGURA 2 – NECRÓPOLE DE MONTES NOVOS (RITUAIS DE ENTERRAMENTO)	103
FIGURA 3 – NECRÓPOLE DE MONTES NOVOS (ENTERRAMENTOS ROMANOS E ENTERRAMENTOS ANTIGOS)	104
FIGURAS 4, 5 E 6 – ESCAVAÇÃO DA NECRÓPOLE DE MONTES NOVOS (1987)	111
FIGURA 7 – PRATO DE TSHT NA FORMA 15/17	112
FIGURA 8 – VESTÍGIOS DE TACHAS DO CALÇADO DO DEFUNTO NUM PRATO DE LUME	112
FIGURAS 9 E 10 – EXEMPLOS DE GRAFITOS.....	113
FIGURA 11 – ORIFÍCIO INTENCIONAL NA PAREDE DE UM VASO	113
FIGURA 12 – DEFEITO DE COZEDURA NUMA BILHA.....	114

Índice de Tabelas

TABELA 1 – MOBILIÁRIO CERÂMICO DE MONTES NOVOS, POR SEPULTURA	106
TABELA 2 – GRAFITOS PRESENTES NAS CERÂMICAS DE MONTES NOVOS	109

Introdução

A presente dissertação pretende ser um contributo para o estudo do espólio cerâmico da necrópole tardo-romana de Montes Novos (Croca, Penafiel), ainda que com pontuais sepulturas mais antigas datadas do século II d.C., que se encontra acondicionado, na sua maioria, na Reserva de Arqueologia do Museu Municipal de Penafiel.

Esta é uma necrópole na qual se pode observar a coexistência no espaço de enterramentos de inumação e incineração. O sítio arqueológico foi descoberto acidentalmente em 1987, no decorrer de trabalhos de terraplanagem para construção de uma habitação e oficina. Esta descoberta, de que o Museu Municipal foi informado por colaboradores locais, foi comunicada à tutela, então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte (SRAZN) do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), que providenciou a realização de uma sondagem arqueológica e que, face aos primeiros resultados, desencadeou uma escavação de emergência em área, a qual decorreu em 1987-1988, levada a cabo por um Técnico de Arqueologia, com o apoio de jovens do programa OTJ e de um auxiliar técnico cedidos pela Câmara Municipal de Penafiel, bem como de trabalhadores desempregados inseridos em programa de apoio¹.

Num segundo momento, estando a intervenção no terreno suspensa, Gilda Correia Pinto, na altura técnica superior da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), foi enviada pelos Serviços de Arqueologia para fechar o processo desta escavação, verificando zonas marginais e algumas situações pendentes. Apesar do material ainda estar por tratar e inventariar, e ainda disperso, assim como a documentação produzida, nomeadamente no primeiro período de intervenção, os resultados da escavação foram interpretados e apresentados por Gilda Correia Pinto na sua dissertação de mestrado: *“A necrópole de Montes Novos – Croca. Um cemitério da Gallaecia Tardorromana”*, em 1996. Dois anos depois, uma síntese deste trabalho foi apresentada no painel de estudos *“Monte Mozinho: 25 anos de trabalhos*

¹ PINTO 1996: preâmbulo; *Idem* 1998: 188.

arqueológicos” (Museu Municipal, 1998) e publicada no segundo volume dos *Cadernos do Museu*, em Penafiel. Mais recentemente, em 2021, foi apresentada a dissertação de mestrado de Ana Rita Pinto, *“Estudo do espólio numismático da Necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel)”*, na qual a autora inventariou todo o acervo numismático resultante da escavação, registando-o por enterramento, conjuntos e indivíduo. Esta sistematização e a classificação dos numismas permitiu-lhe detetar prováveis casos de insuficiente interpretação das interceções de sepulturas, do que resulta a errónea junção de espólios (numismáticos, cerâmicos e outros), sob um único número, como se proviessem de um enterramento singular.

O mobiliário de Montes Novos passou por diversas instituições antes de ser acondicionado no Museu Municipal de Penafiel, tendo sido enviado para o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte (Braga) e para a Escola de Arqueologia do Freixo (Marco de Canaveses), onde foi parcialmente lavado e tratado, tendo em vista fins pedagógicos. Por vezes o Museu é ainda avisado do surgimento de peças que tinham ficado esquecidas nessas instituições, por exemplo, em julho de 2024 foi encontrado mais material cerâmico, numismático e objetos em ferro e bronze, que estavam guardados em reservas da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN). A numeração dos sacos deste material terá sido atribuída pelos técnicos do antigo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR)/Direcção Regional do Norte, cujo logotipo figura em alguns invólucros de acondicionamento do material, pelo que, neste trabalho, os números dos sacos foram mantidos como indicadores de inventário².

Os registos gráficos e fotográficos, inicialmente depositados na Direcção Regional do Norte do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR-DRN) e no Museu D. Diogo de Sousa, acabaram por se dispersar e encontram-se em paradeiro incerto há vários anos, o que infelizmente acaba por limitar o estudo desta necrópole. O Museu Municipal de Penafiel reinterpretou a informação presente na dissertação de Gilda Correia Pinto (1996), cotejando-a com as fichas de recolha que

² Ver ponto 1.1 (Parte II).

acompanham o material, para inventariar e arrumar o espólio, mais uma vez sem acesso a esses registos de campo.

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes. Na primeira, procurou-se abordar o contexto do mundo funerário romano, em todas as suas componentes, desde as práticas funerárias aos tipos de enterramento e espólio votivo. Nos capítulos seguintes foi apresentada uma síntese das informações recolhidas na bibliografia sobre a arqueologia funerária romana em Penafiel, e em particular sobre a necrópole de Montes Novos, cruzando os dados previamente analisados com os resultados deste estudo.

A segunda parte da dissertação engloba o estudo específico do mobiliário funerário, em particular, as cerâmicas, que contempla a elaboração dos respetivos desenhos, juntamente com a realização da análise macroscópica e organização dos materiais por fabrico e cronologia, esta tendo como base a tabela de datação das sepulturas, a partir das moedas mais recentes e indícios de tempo de circulação, elaborada por Ana Rita Pinto³. A partir destes resultados foi feita uma análise cronotipológica, apresentada em conjunto, com gráficos e tabelas para uma melhor compreensão, e o estabelecimento de paralelos com o mobiliário cerâmico de outras necrópoles romanas, mormente as localizadas no município de Penafiel.

Por fim, apresentamos nos Anexos um contributo para a atualização do inventário do material da necrópole de Montes Novos e das suas sepulturas, juntamente com o desenho de todas as formas cerâmicas depositadas no Museu Municipal de Penafiel.

³ PINTO 2021: 72.

Parte I – Contextualização

1 – O mundo funerário romano

“The Roman custom of commemoration, on the other hand, required the continued interaction of the living with the dead at feasts, festivals, and ceremonies at the grave, and it depended heavily on the survival of the memory of the dead by means of a permanent, inscribed marker that spoke to the living.”

(CARROLL 2006: 62)

1.1 – O conceito de morte para os romanos

O primeiro passo para a compreensão das crenças romanas relativamente ao mundo funerário reside na análise de todos os aspetos que englobavam o culto aos mortos, desde o funeral às próprias sepulturas e monumentos a estas associadas. A crença na existência da vida após a morte foi crescendo ao longo dos séculos, até se tornar numa convicção segura nos finais do século II d.C., sobretudo por influência do Cristianismo, alterando a forma como a morte era encarada pela sociedade, e acabando por enfraquecer a visão mais tradicional⁴. A procura por um afastamento da morte devido à interpretação da mesma enquanto algo poluente foi substituída pela procura por maneiras de lidar com este destino tão comum para todos, apesar dos receios e questões que levantava. Em paralelo, tornou-se também numa tentativa de amenizar a dor causada pela perda de entes queridos⁵. Esta ideia fundamenta-se essencialmente na separação entre a alma e o corpo, na qual a alma nunca deixaria de viver e daria continuidade ao seu percurso, desta vez numa dimensão diferente.

Apesar de inicialmente não ter tido prevalência, a crença na sobrevivência da alma após a morte era algo conhecido já desde tempos remotos, sendo que os romanos a herdaram dos etruscos e gregos, e que esta é uma crença conhecida em Roma, pelo

⁴ RETIEF e CILLIERS 2005: 130.

⁵ *Idem*: 128 e 129.

menos, desde o século I a.C.. Virgílio (70-19 a.C.) foi o primeiro escritor romano a usar a imagem mitológica grega do submundo, no episódio VI da “Eneida”, no qual aborda uma divisão tripartida entre o Céu, Inferno e Limbo, sendo este último o lugar para onde iam as almas de bebés e de outras pessoas que tivessem morrido antes do seu tempo⁶. Todos os vestígios de literatura e arte funerária que chegaram até nós permitiram a elaboração de inúmeros estudos relativamente a esta temática, possibilitando uma razoável compreensão dos pensamentos, costumes, rituais e atitudes que eram tomadas perante a morte neste período da Antiguidade Clássica⁷.

Ao mesmo tempo, a morte não deixava de ser encarada como algo a temer, tratando-se de um mal incontornável do qual ninguém conseguia escapar, por ser algo que um dia iria chegar inevitavelmente e a qualquer um, independentemente do seu estatuto e lugar na sociedade. Este pensamento encontrava-se assente na mente da população, sendo que todos desejavam ter uma morte digna assim que a sua hora chegasse⁸. Foi também por terem esta consciência presente nas suas mentes que as pessoas procuraram passar a conviver com a morte, amenizando-a de certo modo através de todo o cuidado que depositavam nos seus rituais funerários. Os rituais tornaram-se, assim, na melhor maneira de chegar a um meio-termo relativamente à ideia de conviver com a morte, porque através deles era possível continuar a preservar e a celebrar a memória dos familiares e amigos que partiam, enquanto se marcava a separação entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos⁹, também designados por *Manes*, cujo significado em latim é “almas dos mortos”.

Neste contexto, é importante compreender o que significava o conceito de espaço físico para os romanos, visto que este se encontrava sempre ligado a três dimensões: o mundo dos deuses, o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, os quais, embora distintos, coexistiam paralelamente, sendo que raramente se intersetavam. No mundo dos mortos estariam presentes duas realidades diferentes, o morto enquanto

⁶ TOYNBEE 1971: 36; AREZES 2017: 153.

⁷ TOYNBEE 1971: 33.

⁸ Ver MACEDO 2017: 20-21, para uma apreciação geral do tema.

⁹ PINTO 1996: 4.

cadáver, encarado pelos vivos com um certo temor, e por outro lado, o morto enquanto ente querido, antepassado e membro da linhagem familiar de alguém¹⁰. O sepultamento de um defunto no seu túmulo também era encarado com uma certa dualidade. Ora transmitia a realidade da morte enquanto algo sombrio, obscuro e inevitável, como também proporcionava um sentimento de conforto aos familiares e amigos de quem partia, permitindo-lhes continuar a estabelecer uma ligação e a sentirem-se, deste modo, ainda próximos dos seus entes queridos. Apesar do mundo dos mortos e o mundo dos vivos não se misturarem, os espaços funerários acabavam por se tornar num meio de união dos mesmos¹¹.

O mundo funerário romano obedecia a diretrizes legais estabelecidas pela Lei das Doze Tábuas, *Lex Duodecim Tabularum*, instituída em 449 a.C. A Tábua número 10 obrigava a que os enterramentos fossem feitos fora da cidade, no exterior da sua muralha¹². Na ausência de uma muralha, o limite que dividia o mundo dos mortos e o mundo dos vivos era o *Pomerium*, uma barreira simbólica que circundava a cidade de Roma. Esta foi a lei mais antiga aplicada ao mundo funerário, e prevaleceu até ao final da época romana. Muitas informações acerca dos aspetos legislativos relativos à morte em Roma só aparecem no *Digesto*, parte do *Corpus Juris Civilis*, sendo que o que se encontra transcrito é apenas uma referência ao seu conteúdo, uma vez que o *Digesto* é uma complicação, feita no século VI d.C., de legislação e jurisprudência anterior. Segundo Juan M. Abascal, outras referências complementares acerca desta lei do Direito Romano podem ser encontradas na obra *As Leis*, de Cícero (52-51 a.C), na coleção de biografias romanas tardias *História Augusta*, e no livro V da enciclopédia *Etymologiae*, obra já do século VII d.C., de Isidoro de Sevilha¹³.

Esta separação entre ambos os mundos era estritamente marcada por mais razões, para além da dualidade desta conceção. A morte trazia também alguns riscos

¹⁰ PINTO 1996: 7.

¹¹ MACEDO 2017: 21.

¹² “Não seja sepultado nem queimado, dentro da cidade, qualquer cadáver humano”, *Lex XII Tabularum*, X, 1 (CARRILHO [2008]: 97).

¹³ ABASCAL 1990: 220.

para a cidade, sendo esses a putrefação e contaminação dos solos por ação do ritual da inumação, e a propagação de incêndios provocados pelas piras onde era feita a cremação dos corpos¹⁴. Contudo, esta separação tinha também como objetivo o afastamento da morte para um local especificamente designado para tal, garantindo que os defuntos fossem sempre devidamente lembrados. A utilização das vias como local de disposição das sepulturas facilitava, deste modo, a gestão da necrópole, ao mesmo tempo que garantia uma boa proteção do espaço funerário, sendo que a lei romana determinava que as sepulturas constituíam *loci religiosi*, espaços sagrados, de forma a evitar qualquer tipo de destruição. Qualquer lugar onde estivessem depositados os restos ósseos ou cinzas de um defunto era automaticamente considerado um local sagrado, e qualquer perturbação do mesmo seria considerada uma ofensa criminal¹⁵.

A disposição das sepulturas junto às vias tinha também um significado especial, dado que garantia que os defuntos fossem lembrados durante o dia-a-dia. Qualquer pessoa que passasse poderia ver as diversas sepulturas que formavam a necrópole, e conseguia saber quem lá se encontrava sepultado, uma vez que os epitáfios eram colocados de frente para as vias com esse objetivo¹⁶. Alguns epitáfios convidavam os estranhos a dirigirem-se aos mesmos para lerem sobre a pessoa que lá estava sepultada¹⁷. Desta forma as construções funerárias, para além do caráter religioso e de preservação da memória dos mortos, tornavam-se também indicadores da classe social dos defuntos e das suas famílias. A um indivíduo que tivesse um certo protagonismo e destaque na sociedade em vida, estaria destinado um monumento funerário que acabaria por espelhar esse prestígio¹⁸. Através da sua forma, tamanho, material de construção e decoração, assim como do texto escrito no seu epitáfio, é possível ficar a conhecer o tipo de classe social à qual o indivíduo pertencia, a sua importância e lugar que tinha na comunidade, e até os seus feitos conquistados em vida¹⁹. Tendo o objetivo

¹⁴ BRAGA 2018: 28-29.

¹⁵ *Idem: Ibidem.*

¹⁶ *Idem: 31.*

¹⁷ CAROLL 2006: 18.

¹⁸ BRAGA 2018: 31.

¹⁹ CAROLL 2006: 30.

de se fazerem notar, estes monumentos eram erguidos propositadamente em lugares proeminentes.

Todos estes fatores culminaram em competições por parte de pequenos grupos de aristocratas, durante o período tardo-republicano, que procuravam superar-se entre si com monumentos de maiores dimensões e com decorações ainda mais requintadas. Esta rivalidade entre famílias das classes mais altas terminou assim que o mausoléu de Augusto²⁰ foi construído, em 27 a.C., considerado o maior, o qual dificilmente seria ultrapassado por outro mausoléu. Por fim, a procura pela superioridade através da arquitetura funerária acabou por cair em desuso²¹.

1.2 – As tradições fúnebres e preservação da memória dos defuntos

Os rituais e tradições fúnebres possuíam uma dualidade assente num desfecho positivo ou negativo. Se uma homenagem fosse bem feita, digna e completa atrairia boas ações e energias por parte do defunto, tais como a proteção dos seus entes queridos e do lar. Em contrapartida, uma celebração que tivesse qualquer falha ou interrupção que não permitisse a sua conclusão, como por exemplo a ausência de uma sepultura ou a falta de cuidado e manutenção da mesma, poderia atrair más energias e culminar num desfecho negativo. Tratava-se da inquietação do defunto, que poderia manifestar-se no mundo dos vivos e importuná-los através de um espírito ou sombra²². Esta é uma das razões pelas quais os romanos procuravam sempre satisfazer as vontades dos mortos, atribuindo neste sentido uma grande importância aos rituais funerários e à preservação da memória de quem partia, dado que estas ações negativas eram algo que se procurava evitar a todo o custo²³. De forma a evitar qualquer falha, os

²⁰ Este mausoléu, assim como outros, teve como inspiração o famoso Mausoléu de Halicarnasso. (MORAIS 2009: 81)

²¹ CAROLL 2006: 96.

²² AREZES 2017: 153.

²³ MACEDO 2017: 21-22.

herdeiros ficavam responsáveis pela manutenção e guarda da sepultura, garantindo e tendo sempre em mente a satisfação do finado²⁴.

A ritualização da morte acabou por se tornar num meio-termo relativamente a esta dualidade, visto que servia de consolo para quem estava a lamentar uma perda, mas também reduzia a angústia e medo que acarretava²⁵. Assim, era necessário e significativo que as famílias realizassem as cerimónias fúnebres de acordo com os cânones estabelecidos e de uma forma apropriada e completa, para não sofrerem eventuais consequências negativas por parte dos espíritos. No entanto, nem todas as famílias tinham meios económicos para pagar todas as celebrações ou até para pagar o próprio funeral. De modo a evitar as temerosas consequências, as classes com mais dificuldades económicas faziam de tudo para proporcionar uma cerimónia digna aos seus entes queridos, chegando por vezes a destruir outros túmulos, para poderem completar o seu funeral e para lhes assegurar um bom local de repouso. Este expediente, contudo, para além de uma ação evidentemente incorreta, do ponto de vista legal também acarretava consequências e riscos. Por esta razão, foram criados mecanismos legais para impedir que os túmulos fossem usurpados desta forma, através de um registo onde os proprietários mencionavam explicitamente, por escrito, as dimensões da sepultura (*indicatio pedaturae*), da sua fachada (*in fronte*), e da sua profundidade (*in agro*). Também foi encontrada uma outra alternativa, os *collegia funeraticia*²⁶, sociedades funerárias que exerciam a função de assegurar que os funerais dos seus clientes cumpriam os requisitos mínimos de dignidade, em troca de um pagamento que podia ser feito mensalmente, *stips mentrua*, ou anualmente, *stipendium*²⁷.

Os romanos procuravam conter o seu luto e sofrimento em público. Um dos pontos presentes na décima lei das Doze Tábuas proíbe precisamente a demonstração

²⁴ BRAGA 2018: 30.

²⁵ PINTO 1996: 12.

²⁶ Como o seu trabalho consistia em lidar frequentemente com a morte, estes indivíduos tinham de viver fora dos limites da cidade. Lei das XII Tábuas, X, 4 (CARRILHO [2008]: 97). Cfr. RETIEF e CILLIERS 2005: 132.

²⁷ VAQUERIZO 2011: 197.

excessiva da dor e do luto²⁸, tarefa deixada às carpideiras nos funerais das individualidades²⁹. Alguns dos epitáfios dos próprios defuntos aconselhavam os seus familiares e amigos mais próximos a resguardar os seus sentimentos e lamentos, reforçando a ideia da morte como algo inevitável e comum para todos, desde os imperadores às classes mais baixas. Até nas próprias cerimónias fúnebres procurava-se não mostrar lágrimas ou dor³⁰. Uma forma subtil de representar o luto, à semelhança do que ainda pode ser observado atualmente, tratava-se do uso de vestuário preto³¹.

Contudo, apesar dos romanos terem este conceito de vida após a morte tão presente nos seus pensamentos, não significava que todos encarassem a morte da mesma maneira. Existem epígrafes que demonstram que havia quem entendesse a morte como uma fase final ou último capítulo, sendo que os túmulos eram considerados como o último lar de quem lá jazia. Era comum encontrar-se expressões como “*aeterna domus*”, que significava “eterna casa”, gravadas em algumas lápides ou fachadas de monumentos funerários, assim como túmulos cuja arquitetura fazia lembrar a de uma casa normal³². Apesar destas duas formas de encarar a morte serem bastante distintas, coexistiam na sociedade romana sem qualquer tipo de problema ou interdição³³.

Os rituais funerários que se realizavam na Roma Antiga eram denominados de *funus*, termo usado para o conjunto de cerimónias e homenagens que eram feitas aos defuntos, por parte dos seus familiares e amigos, desde a hora em que a morte chegava, até ao sepultamento do corpo. O objetivo era demonstrar que a importância que a pessoa tinha enquanto era viva ainda se mantinha, algo que nem a sua morte poderia mudar. A realização destas cerimónias era feita em várias fases, pelo que o cumprimento de todas se encontrava dependente do estatuto social e poder económico da família³⁴.

²⁸ RETIEF e CILLIERS 2005: 131.

²⁹ GRIMAL s.d. [1981]: 38.

³⁰ MACEDO 2017: 22.

³¹ GRIMAL s.d. [1981]: 39.

³² TOYNBEE 1971: 37-38.

³³ VAQUERIZO 2011: 197.

³⁴ O *funus* acabava por proporcionar um cariz social ao mundo funerário, visto que o conjunto de eventos aproximava todos aqueles que neles participavam, reforçando laços familiares ou de amizade, assim como os laços sociais de um modo geral (BRAGA 2015a: 125-127).

As cerimónias eram iniciadas assim que uma pessoa se encontrava às portas da morte. Os seus familiares e amigos eram chamados para esta fase inicial do *funus*, conhecida como *conclamatio*, para proporcionarem conforto e consolo ao moribundo, e para que se pudessem despedir antes da sua partida. A família vestia-se de preto e a fachada da casa era sinalizada e adornada com ramos de cipreste, para que a comunidade fosse notificada de que a morte chegara àquela residência³⁵. Quando a pessoa dava o seu último suspiro, encarado como o momento em que a alma abandona o corpo, o parente mais próximo deixava um beijo no falecido, para que a sua alma fosse apanhada³⁶. De seguida, esse mesmo parente fechava os olhos do morto e colocava uma moeda debaixo da sua língua, o que simbolizava o mítico óbolo a Caronte. Este consistia no pagamento que o defunto levava consigo para dar a Caronte, o barqueiro de Hades segundo a mitologia grega, que conduzia as almas através dos rios Estige e Aqueronte, que estabeleciam a divisão entre o mundo dos vivos e mundo dos mortos, também conhecido como submundo, que se tratava do destino³⁷.

No passo seguinte, o *deponere*, o corpo era colocado no chão para ser lavado, ungido e vestido³⁸. Esta função encontrava-se ao encargo do *polinctor*, pessoa responsável por assegurar a conservação do corpo, que era depois exposto no *atrium* da casa, sendo esta fase denominada de *lectus funebris*³⁹. Entre as classes sociais mais altas, o falecido poderia ficar exposto até a um máximo de sete dias, o que implicaria o dobro da manutenção⁴⁰.

Após todos prestarem as suas homenagens, prosseguia-se para o cortejo fúnebre, *pompa*, que era realizado durante a noite e à luz de tochas, numa procissão acompanhada pelos familiares, amigos mais próximos, convidados e outros membros da sociedade, sempre em posição hierarquizada consoante as relações que tinham com

³⁵ BRAGA 2018: 31-32.

³⁶ MACEDO 2017: 24.

³⁷ *Idem*: 19.

³⁸ TOYNBEE 1971: 44.

³⁹ GRIMAL s.d. [1981]: 38.

⁴⁰ TOYNBEE 1971: 45.

a pessoa⁴¹. Era nos cortejos fúnebres que todo o prestígio social de quem faleceu era exibido. Por esta razão, os funerais dos elementos das classes altas estão mais bem documentados do que os funerais de cidadãos pertencentes às classes mais pobres⁴². Uma pessoa de importância elevada na sociedade poderia ter um *funus indictium*, através do qual o seu funeral era anunciado publicamente pelos pregoeiros, *praeco*, para que toda a comunidade fosse convocada⁴³.

Este aspeto também podia ser observado no transporte dos corpos. Quem pertencia às classes mais baixas era transportado em simples padiolas pelos *vespilliones*, e os membros das classes mais altas eram carregados num caixão elaborado e denominado de *feretrum*, aos ombros de familiares e amigos, ou dos seus escravos libertos⁴⁴. Dependendo da sua importância e estatuto social, o indivíduo podia ainda ter direito a um elogio fúnebre, que normalmente era feito pelo familiar que lhe tinha fechado os olhos após o seu último suspiro⁴⁵, e à condução do seu funeral por um mestre-de-cerimónias, o *dissignator*⁴⁶.

Já na necrópole, procedia-se à realização de algumas cerimónias antes de se dar início ao ritual de enterramento, que variava entre a inumação ou incineração. Esta escolha era feita pelo indivíduo em vida, e pela sua família⁴⁷. No caso do ritual da inumação, os corpos eram depositados em locais anteriormente ou posteriormente escolhidos. Estes podiam ser sepulturas simples, como covas abertas no solo, *fossae*, pela pessoa responsável para tal função, os chamados *fossores*. Entre as classes mais abastadas, os falecidos eram colocados em túmulos ou sarcófagos ricamente esculpidos, e em monumentos funerários de diversas formas e decorações arquitetónicas. Relativamente às incinerações, estas poderiam ocorrer de forma primária, denominada de *bustum*, ou de forma secundária, *ustrinum*, como adiante explicitaremos⁴⁸. Os

⁴¹ MACEDO 2017: 24; PINTO 1996: 14-15.

⁴² RETIEF e CILLIERS 2005: 136.

⁴³ TOYNBEE 1971: 45.

⁴⁴ *Idem*: 46.

⁴⁵ PINTO 1996: 14-15.

⁴⁶ TOYNBEE 1971: 45.

⁴⁷ MACEDO 2017: 24-25.

⁴⁸ Ver ponto 1.3.2.

indivíduos que exerciam a função de cremar os corpos eram chamados *ustores*⁴⁹. Em ambas as modalidades, assim que o corpo era depositado no túmulo ou na pira funerária, era tradição atirar-se um pedaço de terra para o mesmo⁵⁰. Por fim, colocava-se uma estela funerária junto à sepultura, para que os passantes soubessem quem lá se encontrava sepultado e a que família pertencia⁵¹.

Logo após o funeral, era feito um ritual de purificação da casa por parte dos familiares, chamado de *sufutio*, que daria início a um período de cerimónias de purificação, as *feriae denicales*. Acreditava-se que quem tinha um contacto próximo com a morte acabava por ficar contaminado, o que só passaria após este processo de purificação⁵². Ainda no mesmo dia ou alguns dias depois, também era tradição as famílias fazerem um banquete funerário, o *silicernium*, junto ao túmulo do seu ente querido, como forma de o homenagear.

Os dias que se seguiam eram reservados para as famílias fazerem o seu luto, de uma forma privada e íntima. O nono dia após o sepultamento simbolizava o fim do período de luto e marcava a altura em que a família estaria finalmente pronta para retomar as suas vidas e lugar na sociedade, procedendo então à distribuição da herança e a uma reorganização dos papéis sociais⁵³. Nesse mesmo dia era feito um outro banquete funerário, denominado de *cena novendialis*, através do qual se pode reforçar a ideia de que, apesar dos familiares terem terminado o seu período de luto e estarem prontos para seguir em frente com as suas vidas, os seus entes queridos iriam ser sempre lembrados. Os banquetes eram feitos junto às sepulturas ou até no interior de túmulos mais sofisticados, que possuíam salas anexas com uma decoração requintada e até utensílios aos quais se dava uso nestas celebrações, desde ânforas a taças e potes⁵⁴, mas sem qualquer depósito funerário. Eram feitas oferendas de comida e bebida, que poderiam ser derramadas sobre o túmulo ou, no caso de covas abertas no

⁴⁹ TOYNBEE 1971: 45.

⁵⁰ PINTO 1996: 15.

⁵¹ BRAGA 2018: 33.

⁵² RETIEF e CILLIERS 2005: 129.

⁵³ PINTO 1996: 16.

⁵⁴ SILVA 2016: 8.

solo, num tubo que era colocado num buraco previamente feito, para que as oferendas alcançassem os restos mortais⁵⁵. Acreditava-se que os espíritos poderiam, de alguma forma, ser nutridos, através dos seus ossos ou cinzas, pelos bens que lhes eram fornecidos, ao mesmo tempo que esta ação os ajudava a sentirem-se como em casa na vida após a morte⁵⁶.

Todos estes atos de respeito e veneração do morto faziam com que ele protegesse todos aqueles que o homenageavam. Cada um podia fazer a sua própria homenagem através de orações, dádivas em dinheiro ou de mais banquetes em sua honra. Após este período, as homenagens passavam a ser feitas ao longo do ano, em datas importantes como a data de nascimento do indivíduo, *dies natalis*, e da sua morte⁵⁷.

Para além de todas estas celebrações de carácter individual, havia também algumas celebrações coletivas que se encontravam marcadas no calendário. A principal comemoração anual era a Festa dos Mortos, ou *Parentalia*, realizada entre os dias 13 e 21 de fevereiro, sendo que todos estes dias eram considerados *dies religiosi*. O último dia, denominado de *Feralia*, estaria destinado a cerimónias públicas, e nos restantes dias eram feitas cerimónias privadas entre a família. As *Parentalia* eram a celebração na qual se preparavam refeições e colocavam alimentos junto aos túmulos, assim como outros presentes que, segundo o poeta Ovídio (43 a.C.–18/17 d.C.), deveriam ser pequenos e baratos, apesar de não haver qualquer restrição quanto a presentes maiores⁵⁸. Estas oferendas podiam ter a forma de dedicatórias, poemas, flores, azulejos, milho, grãos de sal, entre outras⁵⁹. Esta celebração permitia que os laços de todos os membros da família perdurassem, ao mesmo tempo que o seu peso na sociedade era reforçado⁶⁰.

⁵⁵ TOYNBEE 1971: 37.

⁵⁶ *Idem*: 53. Entre o mobiliário cerâmico da necrópole de Montes Novos estão 27 peças que possuem estes orifícios intencionais. Ver ponto 3.5 (Parte II).

⁵⁷ MACEDO 2017: 24-25.

⁵⁸ TOYNBEE 1971: 64.

⁵⁹ TOYNBEE 1971: 63.

⁶⁰ PINTO 1996: 21.

A segunda comemoração principal era a *Lemuria*, uma celebração noturna que se realizava nos dias 9, 11 e 13 do mês de maio⁶¹. Acreditava-se que os espíritos que não tinham parentes e se encontravam famintos, denominados de *lemures*, surgiam nestes dias e rondavam as casas, sendo que os romanos se preparavam previamente para afugentar estes espíritos. A *Lemuria* poderá ter constituído um festival público, dado que aparece inscrito em alguns calendários. Contudo, os rituais da *Lemuria* descritos por Ovídio são de carácter privado e não foram encontrados registos de qualquer celebração pública nestes dias. Durante esta comemoração, os templos eram fechados e os casamentos proibidos⁶².

Todos estes rituais e celebrações ajudavam o defunto a cumprir o seu destino após a morte, tornando-se verdadeiramente num *antepassado*. Ao mesmo tempo, permitiam aos vivos cumprir o seu período de luto. Todo o espaço funerário, caracterizado pelas necrópoles, túmulos e monumentos, era encarado como o testemunho material que restava dos defuntos⁶³, servindo deste modo como um importante elo entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. As sepulturas tornavam-se, assim, locais de união entre ambos os mundos, através dos quais os vivos se conseguiam sentir mais próximos dos seus entes queridos, amenizando deste modo a sua dor.

1.3– Tipos de enterramento

No mundo funerário romano, os dois rituais utilizados para o encaminhamento do corpo do defunto consistiam na inumação ou incineração, à semelhança do que se verifica atualmente, porém com diferenças relacionadas com as tradições e que se foram alterando ao longo dos tempos.

A inumação permaneceu enquanto opção principal até aos finais do século IV a.C., altura em que a incineração se torna no ritual predominante, nomeadamente pela

⁶¹ MACEDO 2017: 25.

⁶² TOYNBEE 1971: 64.

⁶³ PINTO 1996: 21-22.

integração de populações que acabaram por generalizar este tipo de enterramento⁶⁴. A prevalência da incineração durou até ao século I d.C., sendo que nos finais do século II d.C. a inumação volta a sobrepor-se⁶⁵, acabando por se generalizar durante o século III d.C., considerado por alguns autores como o período que marca esta transição⁶⁶.

Apesar da preferência por um ou outros dos rituais funerários ter variado ao longo do tempo, são frequentes as necrópoles nas quais foram praticados ambos os rituais, considerando uma longa diacronia de utilização, sendo a necrópole de Montes Novos, precisamente, um exemplo desta situação, embora aqui o tipo de enterramento mais frequente tenha sido a inumação⁶⁷. Outros exemplos de necrópoles romanas no Norte do atual território português nas quais se pode observar uma coexistência dos rituais da inumação e incineração são a necrópole de Maximinos⁶⁸ e da Via XVII (Braga)⁶⁹, Laboriz (Amarante)⁷⁰, Forca (Maia)⁷¹ e, em Penafiel, regista-se a mesma evidência nas necrópoles de Monteiras (Bustelo)⁷² e Monte Mozinho (Oldrões, Galegos e Valpedre)⁷³, que foram alvo de intervenção arqueológica total ou parcial, embora no município estejam inventariadas 29⁷⁴.

No Centro, temos como exemplos as necrópoles da Tapada da Eira (Castelo Branco)⁷⁵, e na área metropolitana de Lisboa, a necrópole da Quinta das Sete Pedras

⁶⁴ ABREU 2002: 63.

⁶⁵ TOYNBEE 1971: 39-40; RETIEF e CILLIERS 2005: 134.

⁶⁶ LOBATO 1995: 36; PINTO 1996: 303.

⁶⁷ SOEIRO 2015: 163.

⁶⁸ MARTINS e DELGADO 1989-1990: 49 e 50.

⁶⁹ BRAGA 2018: 358-444.

⁷⁰ AMARAL 1988-1989: 112.

⁷¹ ALMEIDA 1988: 120-121.

⁷² SOEIRO 2009-2010. Na necrópole de Monteiras, que foi escavada na totalidade e o seu espólio alvo de estudo, as incinerações datam de entre meados do século I e meados do século III d.C. (SOEIRO, 2009-2010: 19) e as inumações de entre o final do século III e século IV d.C. (*Idem*: 19 e 24), mas não há registo de incineração no século IV. Contudo, ressalva-se a eventual possibilidade de existir contemporaneidade entre enterramentos de inumação e de incineração em Monteiras, embora essa situação não se tornasse visível na presente intervenção (*Idem*: 24).

⁷³ ALMEIDA 1974: 36-51; CARVALHO 2008; SOEIRO 1984: 291-317.

⁷⁴ SOUTELO; SOEIRO; BERNARDO; SAMPAIO 2024: 175.

⁷⁵ ABREU 2002: 115.

(Alenquer)⁷⁶, Praça da Figueira (São Nicolau)⁷⁷, e de Carrilhas⁷⁸ e da Carrasqueira (Mafra)⁷⁹. No Alentejo, também são conhecidas várias necrópoles nas quais foram praticados ambos os rituais de enterramento. Em Beja identificaram-se na necrópole do Monte do Farrobo (Valdoca)⁸⁰, na Herdade do Monte Novo do Castelinho⁸¹. Em Portalegre, conhecem-se a necrópole de Lage do Ouro⁸², da Herdade da Chaminé⁸³, de Monte dos Serrones⁸⁴ e da Torre de Palma⁸⁵. No distrito de Santarém, temos como exemplos a necrópole da Azeitada⁸⁶, de Courela das Caveiras⁸⁷, e de Ónias⁸⁸. Em Setúbal, a necrópole da Caldeira (Troia)⁸⁹. Na região Sul, podemos encontrar mais exemplos no distrito de Faro, como a necrópole de Monte Molião⁹⁰, da Quinta do Marim⁹¹ e da Quinta das Antas⁹².

1.3.1 – Inumação

O ritual da inumação caracteriza-se por um depósito em contexto primário, através do qual se procedia à colocação do cadáver na sepultura, depois de concluídas as cerimónias fúnebres⁹³. O corpo podia ser depositado dentro de um caixão ou outra estrutura de madeira, como uma padiola ou ataúde, ou apenas envolto numa mortalha, sendo estas opções a única barreira entre o corpo e o solo⁹⁴. A ausência de vestígios de

⁷⁶ ALARCÃO 1973: 75 e 76; ABREU 2002: 137.

⁷⁷ SILVA 2012: 80.

⁷⁸ VEIGA 1879: 42.

⁷⁹ ABREU 2002: 141.

⁸⁰ *Idem*: 100.

⁸¹ FABIÃO 1998: 202.

⁸² ABREU 2002: 144.

⁸³ *Idem*: 147.

⁸⁴ *Idem, ibidem*.

⁸⁵ HELENO 1962: 314.

⁸⁶ QUINTEIRA 1998: 154.

⁸⁷ ABREU 2002: 163.

⁸⁸ *Idem*: 164.

⁸⁹ ALMEIDA 2009: 1.

⁹⁰ ARRUDA 2009: 12.

⁹¹ ABREU 2002: 130.

⁹² *Idem*: 133.

⁹³ BRAGA 2010: 59.

⁹⁴ SOEIRO 2009-2010: 67; SOEIRO 2015: 171.

pregos ou de restos de madeira nas sepulturas de inumação poderá ser indicador de que se teria optado por envolver o indivíduo numa mortalha⁹⁵.

As sepulturas de inumação são geralmente de maiores dimensões e mais profundas em comparação com as de incineração, dado que aquelas precisavam de mais espaço para albergar um corpo e para garantir as melhores condições para a sua decomposição, enquanto a sua profundidade servia como uma medida de proteção contra animais⁹⁶.

A tipologia destas sepulturas é diversificada com formato, dimensões e materiais diversos, podendo estes ser pétreos, como granito, xisto, calcário e mármore, ou material cerâmico de construção constituído por diferentes tipos de *lateres*, *imbrices* e *tegulae* para a caixa ou a cobertura, sendo que nem todas as sepulturas dispunham deste elemento⁹⁷. A escolha da sepultura também variava consoante o estatuto social e económico do defunto e da sua família. Esta diversidade de sepultamentos englobava quer simples covas abertas no solo, quer ricos e adornados sarcófagos e mausoléus, de grande destaque entre a arquitetura funerária.

Relativamente às covas abertas no solo, estas podiam ser sepulturas simples, denominadas de *fossae*, ou sepulturas em caixa, das quais são conhecidos vários subtipos. Dentro da tipologia das sepulturas simples, a única diferença reside na ausência ou presença de uma cobertura. É possível encontrar covas sem qualquer cobertura e revestimento reconhecíveis, ou covas sem revestimento, mas com cobertura. Esta era normalmente construída por lajes de pedra, *tegulae* ou uma mistura de argamassa feita com esses materiais⁹⁸. Também são conhecidas coberturas com um aspeto triangular, formando um telhado de duas águas, feito com *tegulae* e *imbrices* reutilizados. Este tipo de cobertura atribuía à sepultura um aspeto semelhante ao de

⁹⁵ BRAGA 2015: 377; ABREU 2002: 63.

⁹⁶ PINTO 1996: 284.

⁹⁷ ABREU 2002: 63.

⁹⁸ ABREU 2002: 64; MACEDO 2017: 31.

uma casa, algo que já era normalmente observado na arquitetura funerária romana, dado que a sepultura se encarava como a última e eterna morada do defunto⁹⁹.

A necrópole de Montes Novos apresenta vestígios de simples covas abertas no solo, sem qualquer cobertura e revestimento, uma tipologia que se pode observar também em algumas necrópoles do Norte de Portugal, como a de Maximinos e a da Via XVII (Braga)¹⁰⁰, Tanque e Baltar (Paredes), Monteiras (Penafiel)¹⁰¹ e Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)¹⁰². Os vestígios de sepulturas simples com cobertura são mais observados em necrópoles do Centro e Sul do país, das quais são exemplo as necrópoles de Alcabideche (Cascais), Alcochete (Setúbal), da Valdoca (Aljustrel), São Sebastião (Mértola) e Marim (Olhão)¹⁰³.

As sepulturas em caixa, como o seu nome indica, possuíam a forma paralelepípedica, devido ao seu revestimento lateral, com um maior número de subtipos. O revestimento podia ser feito de material de construção como *tegulae*, *imbrices*, com fiadas ou camadas de *lateres*, sendo este último um tipo de construção mais cuidado, ou com materiais pétreos, variando entre granitos, xistos, calcários ou lâminas de mármore¹⁰⁴. O revestimento com materiais pétreos é um subtipo bastante comum no nosso território¹⁰⁵. Também são conhecidas as sepulturas com a forma de um telhado de duas águas, igualmente constituídas por material de construção. No Norte de Portugal, existem exemplos deste tipo de sepultura na necrópole da Via XVII (Braga)¹⁰⁶ e na necrópole de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)¹⁰⁷.

Os restantes tipos de sepulturas de inumação que podemos encontrar em Portugal são as sepulturas em ânfora e os sarcófagos. As primeiras estão associadas às classes mais pobres, e podem ser consideradas como um outro tipo de sepultura em

⁹⁹ SEVILLA CONDE 2014: 167; *Idem*: 32.

¹⁰⁰ BRAGA 2018: 105.

¹⁰¹ SOEIRO 2009-2010: 24.

¹⁰² LOBATO 1995: 37.

¹⁰³ ABREU 2002: 64.

¹⁰⁴ ABREU 2002: 63, 70; MACEDO 2017: 32.

¹⁰⁵ *Idem*: 68.

¹⁰⁶ BRAGA 2018: 254-433.

¹⁰⁷ LOBATO 1995: 38, ABREU 2002: 71.

caixa. Apesar de no nosso território só ter sido encontrado na necrópole de Tróia¹⁰⁸, era bastante comum noutras zonas do Império, nomeadamente em sepulturas de inumação tardias de crianças ou jovens¹⁰⁹.

No que concerne aos sarcófagos, estes eram construídos por blocos monolíticos, por vezes decorados, e destinavam-se às classes mais abastadas. Os exemplos que se podem encontrar em Portugal estão concentrados nas regiões Centro e Sul¹¹⁰. Entre as sepulturas dos membros das classes mais altas estão também os mausoléus, que se destacavam propositadamente pela sua arquitetura elaborada e grande dimensão, que podiam atingir entre os 5 e os 12 metros de altura. Estes jazigos eram utilizados para ambas as práticas de enterramento, sendo que podiam albergar tanto inumações como urnas cinerárias. Os vestígios de mausoléus encontram-se espalhados por todo o país, embora estejam mais concentrados no Sul¹¹¹.

1.3.2 – Incineração

O ritual da incineração consiste na cremação do corpo do defunto numa pira funerária. A pira, ou *rogus*, era uma pilha retangular de madeira, às vezes misturada com lenha miúda ou outro material para facilitar a combustão, na qual se colocava o corpo juntamente com várias oferendas e pertences pessoais do defunto¹¹².

Para este ritual, era necessário adquirir grandes quantidades de madeira e contratar pessoas que ficariam encarregues de garantir que a combustão do corpo era feita com sucesso, os *crematores*¹¹³. Uma das regras presentes na Lei das Doze Tábuas afirmava que as piras funerárias deviam ser erguidas longe das muralhas da cidade, de forma a evitar riscos de incêndio¹¹⁴.

¹⁰⁸ ALMEIDA 2009: 52-72.

¹⁰⁹ ABREU 2002: 71; MACEDO 2017: 32.

¹¹⁰ SEVILLA CONDE 2014: 177; ABREU 2002: 72; MACEDO 2017: 32.

¹¹¹ MACEDO 2017: 33.

¹¹² TOYNBEE 1971: 49-50.

¹¹³ MACEDO 2017: 43.

¹¹⁴ Tábua X, 2 e 9 (CARRILHO [2008]: 97-99); PINTO 1996: 8.

Este ritual funerário apresentava duas vertentes, a incineração primária e a secundária, o que se tratava de uma escolha feita antes de se dar início ao mesmo. Uma incineração primária, denominada *bustum*, significava que as cinzas seriam soterradas juntamente com os restos da pira, no próprio local onde se realizou a cremação. Era aberta previamente uma cova no solo, sobre a qual se fazia a pira, caindo dentro delas as cinzas, tudo de seguida coberto com terra. Este tipo de cremação deixa bastantes marcas da ação do fogo nas paredes e fundo da estrutura, uma abundância de cinzas e carvões, e contribui para uma textura bastante compacta da terra¹¹⁵.

Numa incineração secundária, a pira funerária era colocada num local próprio para a execução da combustão do corpo, denominado *ustrinum*. O chão era aplanado para facilitar a recolha de todos os restos da cremação, assim como a limpeza posterior do local. Os restos eram recolhidos para o interior de uma urna e de seguida transportados para o local onde se encontrava a sepultura, que seria a verdadeira “morada final” do defunto¹¹⁶.

Imediatamente antes da pira ser acesa com tochas por parte de um familiar ou amigo, era costume os familiares e amigos do falecido chamarem o seu nome pela última vez¹¹⁷. Assim que o corpo ficava reduzido a cinzas, o passo seguinte era lançar vinho e um pouco de terra por cima das mesmas, sendo esta ação denominada de *iniectio glebae*¹¹⁸. De seguida, as cinzas eram recolhidas pelos familiares e colocadas na urna. O material de que era feita a urna variava entre cerâmica, vidro, chumbo, madeira, pedra, e também entre materiais de melhor qualidade como mármore, alabastro, bronze, prata ou ouro¹¹⁹.

Relativamente às tipologias das sepulturas de incineração, os covachos são uma forma frequente nas necrópoles provinciais. Consistiam em simples covas abertas no solo ou no afloramento de saibro, à semelhança das inumações simples, porém com

¹¹⁵ SILVA 2007: 46.

¹¹⁶ ABREU 2002: 47; BRAGA 2010: 80; PINTO 1996: 281.

¹¹⁷ TOYNBEE 1971: 49 e 50.

¹¹⁸ RETIEF e CILLIERS 2005: 136.

¹¹⁹ *Idem*: 135-136; TOYNBEE 1971: 50.

dimensões reduzidas. No caso das incinerações primárias, as dimensões deste tipo de sepulturas deviam ser ajustadas ao tamanho do corpo do defunto e da estrutura da pira funerária, sendo que por esta razão revelavam ser um pouco maiores a nível de dimensões e de profundidade, em comparação com as sepulturas destinadas às incinerações secundárias¹²⁰. Assim sendo, características observadas nas sepulturas de incineração como dimensões maiores e a presença de uma camada espessa de cinzas são fortes indicadores da presença de um *bustum*¹²¹. Os vestígios ósseos que restavam da cremação eram depositados em urnas cinerárias, sendo esta uma tradição já conhecida desde a Pré-História. Na ausência de um recipiente para tal efeito, as cinzas poderiam ser recolhidas para tecidos ou outros materiais perecíveis, e depositadas desta forma na sepultura¹²².

À semelhança do que se observa nas sepulturas de inumação, as de incineração também podiam apresentar revestimento e cobertura. Dentro da tipologia das covas abertas no solo com cobertura, mas sem revestimento, conhece-se a cobertura construída através de duas *tegulae*, formando o já mencionado telhado de duas águas, ou com *tegulae* colocadas horizontalmente¹²³. As sepulturas em caixa, que apresentavam tanto a cobertura como um revestimento lateral, eram feitas de material de construção cerâmico e pétreo, e nelas estão evidenciados vários subtipos. Identifica-se o revestimento formado por *tegulae* ou *lateres* colocados na vertical com cobertura feita do mesmo material, ou constituído por uma fiada de *lateres* e cobertura de lajes do mesmo material ou pedra, *lateres* com uma cobertura em forma de *cupa*, e com *tegulae* e lajes de pedra misturada, ou uma cobertura constituída por material de construção¹²⁴. Relativamente aos revestimentos de pedra, conhecem-se as sepulturas abertas no solo com paredes constituídas por lajes de pedra ligada por argamassa, sem revestimento no seu fundo e com uma cobertura do mesmo material, e sepulturas com

¹²⁰ ABREU 2002: 53; MACEDO 2017: 30 e 31.

¹²¹ PORTELA 1998: 24.

¹²² SEVILLA CONDE 2014: 165; MACEDO 2017: 30.

¹²³ ABREU 2002: 57.

¹²⁴ *Idem*: 58 e 59.

revestimento ou cobertura de xisto, sendo esta última uma tipologia encontrada, nomeadamente, no município de Arouca¹²⁵.

Por fim, os *ustrinae* deram origem à criação de um tipo de mausoléu denominado de *columbarium*, que se tratava de uma câmara-túmulo caracterizada pelos nichos e reentrâncias que se encontram nas suas paredes, destinados a receber as urnas cinerárias. Estes recipientes também podiam ser colocados no interior de arcas de mármore em forma de altar, ou em pequenas arcas de mármore, pedra ou terracota, que podiam ter a forma de casas, cestos, caixas ou cofres, todos ricamente adornados e, por esta razão, também designados às classes altas¹²⁶. Os poucos vestígios de *columbaria* que se encontram em território nacional estão situados maioritariamente na região Sul¹²⁷, sendo a única exceção a Norte o *columbarium* encontrado no Paiço, em Guilhabreu (Vila do Conde)¹²⁸.

O ritual da incineração surgiu no território português desde os primórdios do domínio romano, e desde então que é possível observar-se um grande contraste entre o número de incinerações primárias e secundárias existentes. Os *ustrinae* revelam uma certa prevalência, sendo este o tipo de incineração mais comum e que existe em todas as necrópoles do nosso território nas quais foi praticado este ritual, em detrimento do *bustum*, que surge em menor número e remonta à época alto-imperial¹²⁹. Porém, de acordo com João Abreu, esta escassa quantidade de dados acerca das incinerações primárias poderá estar relacionada com descobertas ocasionais que não tiveram a devida atenção e metodologia de escavação, resultando numa consequente perda de informação, e não propriamente por este ter sido um ritual raramente praticado na Península Ibérica¹³⁰. Do pouco que infelizmente se conhece de vestígios de *busta* no atual território português, principalmente por a partir deles ser possível conhecer a posição na qual o indivíduo foi cremado, estes estão situados nas necrópoles de

¹²⁵ *Idem*: 60; SILVA e RIBEIRO 2002; SILVA *et al.* 2012-2013: 65.

¹²⁶ ABREU 2002: 61; RETIEF e CILLIERS 2005: 135-136; TOYNBEE 1971: 50.

¹²⁷ ABREU 2002: 61

¹²⁸ SILVA 2022: 833 (Vol. II).

¹²⁹ ABREU 2002: 90.

¹³⁰ *Idem*: 50.

Gondomil (Valença), Tongobriga (Marco de Canaveses)¹³¹ e Monte Mozinho (Penafiel)¹³².

A maior parte dos vestígios de sepulturas de incineração em Portugal remontam à época imperial. Contudo, também existem no nosso território vestígios de incinerações tardias, datadas dos finais do século III e início do IV d.C., época na qual se enquadra a necrópole de Montes Novos, juntamente com mais exemplos como a necrópole de Maximinos (Braga)¹³³, Tongobriga (Marco de Canaveses)¹³⁴, Valbeirô (Castelo de Paiva)¹³⁵, Espiunca (Arouca)¹³⁶ e Cancelhê (Cinfães)¹³⁷. Pode-se concluir que este ritual foi bem conservado na região do noroeste português, dado que a sua prática perdurou até a um período tardio¹³⁸.

1.4 – Oferendas e vestígios encontrados em contexto funerário

O estudo do mundo funerário romano encontra-se inevitavelmente ligado ao material encontrado em contextos sepulcrais, o qual constitui uma ferramenta fundamental para a reconstituição dos rituais de enterramento e das suas tradições, mas também nos permite fazer um apuramento cronológico dos sítios¹³⁹. As necrópoles são dos sítios arqueológicos que se revelam de maior interesse, dado que o contexto de enterramento garante uma melhor conservação e perduração dos objetos no tempo, podendo desencadear deste modo a exumação de peças inteiras e em bom estado.

A natureza dos materiais encontrados em contexto de enterramento é bastante diversificada. Estes variavam entre oferendas depositadas no túmulo por parte dos entes queridos, com vista a escudar o defunto na sua última viagem, garantindo a sua

¹³¹ SILVA e SANTOS 2020: 101.

¹³² SOEIRO 1984: 298; SOEIRO 2019: 47.

¹³³ MARTINS e DELGADO 1989-1990: 49 e 50.

¹³⁴ DIAS 1994: 121-132.

¹³⁵ *Idem*: 113.

¹³⁶ SILVA e RIBEIRO 2002: 526.

¹³⁷ DIAS 1994: 112.

¹³⁸ *Idem*: 90.

¹³⁹ BRAGA 2010: 84; BRAGA 2015: 377.

subsistência no submundo e ao mesmo tempo a sua satisfação, e objetos que pertenciam e acompanharam o indivíduo em vida, variando entre acessórios da sua vestimenta ou adorno pessoal, ou objetos que espelhassem a profissão ou atividade que exerceu em vida¹⁴⁰. Este mobiliário funerário era constituído, na sua maioria, por cerâmicas, mas podia assumir também a forma de objetos em vidro, moedas, lucernas, objetos de adorno, de proteção e tecnológicos, sendo que estes últimos são menos comuns¹⁴¹. Cada tipo de oferendas carrega o seu próprio significado e está associado a diferentes formas de garantir o bem-estar do defunto, assim como de preservar a sua memória.

Estas oferendas surgem normalmente junto da metade inferior do corpo, e muitas vezes agrupadas. O número de objetos por sepultura é variado, dado que não existia nenhuma regra para este efeito¹⁴². Na necrópole de Montes Novos, tanto existem sepulturas com uma vasta quantidade de espólio como apenas com um objeto, um facto que poderá estar, ou não, associado à diferença entre classes sociais. Segundo Maria J. Lobato, os romanos prezavam a igualdade entre classes sociais no que diz respeito à temática da morte, sendo que esta não seria uma justificação plausível para a variedade do número de peças presentes em cada sepultura¹⁴³. Por outro lado, sabe-se que esta diferença se fazia sentir especialmente nos seus próprios túmulos e mausoléus, tendo sido estes últimos, como já referimos, encarados como um meio de ostentação e rivalidade por parte das classes mais altas.

A deposição de oferendas em contexto funerário foi um ritual bastante praticado pelos romanos até aos finais do século IV e inícios do V d.C., altura na qual se deu um abandono progressivo, possivelmente devido a fatores materiais, como a pobreza, a influência ideológica do Cristianismo, que desaconselhava a prática de ofertas votivas, ou, de acordo com Andreia Arezes, “a necessidade de dar cumprimento a disposições conciliares”¹⁴⁴. Desde então, passaram a surgir cada vez mais sepulturas sem espólio,

¹⁴⁰ MARTÍNEZ 2017: 239; MONTEIRO 2012: 31.

¹⁴¹ SOEIRO 2015: 172; MONTEIRO 2012: 31.

¹⁴² LOBATO 1995: 68; SOEIRO 2015: 172.

¹⁴³ *Idem*: 40.

¹⁴⁴ AREZES 2017: 207, 213.

algo que se pode observar nomeadamente nas inumações de diversas necrópoles mais tardias¹⁴⁵, de que a necrópole de Montes Novos não chega a ser exemplo, por não ultrapassar, cronologicamente, os séculos III e IV d.C. Nas sepulturas mais recentes de Montes Novos, correspondendo às sepulturas 13 e 21, com cronologia de 364-378 d.C., segundo a tabela de datação a partir das moedas mais recentes, de Ana Rita Pinto¹⁴⁶, a quantidade de espólio cerâmico depositado corresponde à média da necrópole, que varia entre quatro a cinco objetos por sepultura. Contudo, apesar deste ser um ritual que deixou de ser praticado na Alta Idade Média, a perspetiva de encarar a morte como uma “viagem” para outra dimensão permaneceu até cronologias posteriores, como o século X¹⁴⁷.

1.4.1 – A cerâmica

A cerâmica, para além de ser o tipo de objeto mais comum em contexto funerário, também constitui, frequentemente, o maior número de peças exumadas em escavação e prospeções¹⁴⁸. O seu uso, relativamente limitado no tempo, por se tratar de um objeto frágil, em paralelo com a diversidade de formas, funcionalidades e características que assumia, por sua vez associada a cronologias distintas, tornam a cerâmica num meio bastante fiável para a atribuição de uma datação relativa a um sítio¹⁴⁹. Contudo, este aspeto varia de acordo com a forma do objeto e o seu local de produção. As cerâmicas mais finas tendem a permitir a atribuição de uma cronologia mais precisa, por apresentarem uma maior variedade de formas, como sucede com as cerâmicas de importação, como a *terra sigillata*, ao contrário das cerâmicas de pasta grosseira, que, naturalmente, abundam na maior parte dos arqueossítios de época romana. Estas datações, apesar de serem válidas e importantes, serão sempre secundárias em relação às fornecidas por outros objetos que eventualmente nos

¹⁴⁵ LOBATO 1995: 36; BRAGA 2015: 377.

¹⁴⁶ PINTO 2021: 71.

¹⁴⁷ AREZES 2017: 154.

¹⁴⁸ PEREIRA, MONTEIRO 2011: 4.

¹⁴⁹ MADEIRA 2013: 15.

aproximem de uma cronologia com uma maior precisão, como por exemplo as moedas e certos tipos de fíbula¹⁵⁰.

Para além da sua função, associada ao uso culinário e doméstico, este tipo de material era também usado enquanto oferenda funerária, o que lhe acrescentou todo um outro significado. Deste modo, os recipientes pertencentes ao mobiliário de cozinha podem ser associados aos banquetes fúnebres, com destaque para o já referido *silicernium*, por ser realizado no momento da deposição ou cremação do defunto, nos quais, simbolicamente, se partilhava comida e bebida com os mortos, com vista a mantê-los nutridos e a estarem providos nesta nova etapa. Para este efeito, podiam ser escolhidos recipientes já com algum uso, porém ao mesmo tempo funcionais, e recipientes com defeitos de fabrico e de cozedura, que ficariam automaticamente destinados a este fim¹⁵¹. Estas tradições tornaram frequente a presença de objetos de uso culinário e de mesa nos espólios votivos, pelo que este tipo de recipientes é normalmente encontrado com alguma abundância. Por esta razão, é também comum encontrar paralelos formais das peças cerâmicas entre várias necrópoles romanas¹⁵².

A cerâmica depositada nas sepulturas era proveniente de vários centros de produção, tanto locais como regionais, bem como de importações. Por esta razão, estes materiais apresentam normalmente uma grande diversidade de origens e tipologias, apesar dos mais abundantes serem os que se enquadram na cerâmica comum, na qual este trabalho se irá focar.

As produções de cerâmica romana foram distribuídas durante um vasto período, desde a génese do mundo romano *“até a um momento avançado do século VII d.C. que termina com a chegada das últimas produções de cerâmicas finas, de cozinha e de ânforas, provenientes de África e do Oriente”*¹⁵³, pelo que o material associado a contextos funerários acompanha, cronologicamente, esse amplo arco temporal.

¹⁵⁰ COOKE 1998: 15.

¹⁵¹ SOEIRO 2015: 172; MONTEIRO 2012: 31; MARTÍNEZ 2017: 240; BRAGA 2018: 390; BRAGA 2010: 87.

¹⁵² BRAGA 2010: 87.

¹⁵³ MORAIS 2020: 513.

1.4.1.1 – A cerâmica comum

Como referimos, este tipo de cerâmica era a mais utilizada no quotidiano dos romanos e estava sempre presente em todas as casas, por serem peças mais acessíveis. Estes objetos destinavam-se ao armazenamento, transporte e confeção de alimentos sólidos e líquidos, enquanto louça de mesa e de cozinha, e por vezes ainda exerciam o papel de oferenda funerária. O seu fabrico, como vimos, era local ou regional, abrangendo praticamente todas as regiões do mundo romano, e também chegaram a ser exportados para outras terras mais longínquas. A variedade destas produções espelhava-se, então, na grande diversidade de tipologias e fabricos que a cerâmica comum apresenta, o que hoje, por vezes, torna a sua classificação tipológica e funcional num desafio¹⁵⁴.

A cerâmica comum pode ser dividida, convencionalmente, entre formas abertas e formas fechadas. Com base nos conjuntos que habitualmente se encontram nas necrópoles tardo-romanas, as formas abertas estariam mais destinadas à função de servir na mesa ou de cozinhar ao lume, e correspondem a peças como pratos, tigelas e taças. Já as formas fechadas eram utilizadas para a contenção de líquidos, sendo representadas por copos, púcaros, bilhas, jarros de bocal redondo e alguns de bocal trilobado¹⁵⁵.

Relativamente às descobertas de cerâmica em necrópoles tardo-romanas, uma semelhança que se pode observar a nível geral consiste na maioria do seu espólio ser constituída por cerâmica comum¹⁵⁶. Deste modo, é possível encontrar facilmente paralelos para a cerâmica comum entre necrópoles tardias, como se exemplificará com peças do mobiliário de Montes Novos, apresentados na segunda parte deste trabalho.

No território que atualmente corresponde ao município de Penafiel, a cerâmica comum romana registada nos contextos funerários era de fabrico local e regional, cuja maioria era proveniente das olarias de Bracara Augusta, e apresentava uma

¹⁵⁴ PEREIRA, MONTEIRO 2011: 14; MORAIS 2020: 519; CRUZ, CORREIA 2007: 129.

¹⁵⁵ LOBATO 1995: 69; SILVA, RIBEIRO 2002: 532.

¹⁵⁶ PINTO 1996: 5.

predominância de formas como jarros trilobados, bilhas, púcaros, copos de perfil em S e pratos de lume, o que se pode observar em Montes Novos e nas restantes necrópoles baixo-imperiais¹⁵⁷.

1.4.2 – Outros bens funerários

Relativamente ao restante mobiliário funerário, as moedas encontradas em contexto de enterramento são o melhor vestígio para a atribuição de datações a sepulturas, sendo que os restantes materiais acabam por depender das mesmas, em maior ou menor grau, para a sua datação. O aparecimento de moedas nas sepulturas, dependendo da sua quantidade, poderá resultar de uma oferenda ou do tradicional óbolo a Caronte, como vimos em ponto anterior¹⁵⁸. A maioria das encontradas em necrópoles tardias são de bronze e de pequeno valor facial, e o seu maior desgaste poderá indicar que estiveram em circulação durante algum tempo antes de serem depositadas na sepultura¹⁵⁹.

Em relação ao material vítreo, este podia surgir na forma de peças de uso quotidiano, como taças, copos e unguentários, e também de adorno, como medalhas e contas de colar, que por sua vez podiam constituir imitações de peças preciosas ou semipreciosas, tornando-se deste modo acessíveis para um maior número de pessoas. Este tipo de oferenda não é tão comum quanto as cerâmicas, e estaria destinado às classes mais abastadas¹⁶⁰. Os vidros contam com vários estudos que permitem ajudar a atribuir cronologias relativas a necrópoles, através da sua tipologia¹⁶¹. O aparecimento de unguentários¹⁶² em contexto de enterramento é bastante comum, por representarem o momento do *funus* no qual o corpo do defunto é lavado e perfumado. Entre os séculos II e IV d.C., verifica-se um aumento do número de necrópoles nas quais

¹⁵⁷ SOUSA, SOEIRO 2020: 1443.

¹⁵⁸ Ver ponto 1.2.

¹⁵⁹ COOKE 1998: 13.

¹⁶⁰ MONTEIRO 2012: 35.

¹⁶¹ Estes estudos traduzem-se, por exemplo, nos trabalhos realizados por ISINGS (1957), GOETHERT-POLASCHEK (1977) e VAN LITH, RANDSBORG (1985). COOKE 1998: 14; SEVILLA CONDE 2014: 246.

¹⁶² Os unguentários também podiam ser designados de lacrimários ou balsamários. (BRAGA 2018: 403).

os unguentários cumpriram a sua função enquanto bem funerário¹⁶³, de que a necrópole de Montes Novos é um exemplo, embora apenas com uma ocorrência.

As lucernas, usadas como meio de iluminação no mundo romano, podem ser encontradas em diversos contextos. As produzidas em cerâmica eram fabricadas em molde, normalmente argila, embora outras fossem feitas em metal e, mais raramente, em pedra e em vidro, em geral todas alimentadas com azeite¹⁶⁴. A sua decoração podia ser simples ou com motivos variados, desde florais a mitológicos. Este objeto também tinha o seu próprio simbolismo nas práticas funerárias romanas, surgindo neste contexto como meio de iluminação do caminho do defunto na sua transição do mundo terrestre para um plano espiritual, assumindo-se como a *lux perpetua* e contrastando, deste modo, com a escuridão à qual a ideia da morte está associada¹⁶⁵. São, também, um importante meio para o estabelecimento da datação relativa de um sítio, assim como para a identificação de importações e mercados, nomeadamente quando apresentam marcas de fabrico¹⁶⁶.

No tocante aos objetos de adorno, as suas formas correspondem, na sua maioria, a joias¹⁶⁷ como anéis, pulseiras, brincos e colares, ou a elementos de vestuário como fivelas de cintos, fíbulas e botões. Trata-se de objetos pessoais utilizados pelo indivíduo no seu quotidiano, e que por esta razão também o acompanhariam durante a sua passagem¹⁶⁸.

As fíbulas e as fivelas, apesar das primeiras não serem uma oferenda funerária comum, tiveram um padrão de distribuição generalizado em necrópoles tardo-romanas a nível peninsular¹⁶⁹, sendo que em Montes Novos se constatou o aparecimento de ambos estes materiais. De todos os tipos de objetos de adorno, as fíbulas são a ferramenta mais útil para a atribuição de uma datação relativa, à semelhança dos vidros,

¹⁶³ SEVILLA CONDE 2014: 247 e 248.

¹⁶⁴ MORAIS 2020: 518.

¹⁶⁵ BRAGA 2010: 88; BRAGA 2015: 377; BRAGA 2018: 397; MONTEIRO 2012: 31.

¹⁶⁶ MORAIS 2020: 518.

¹⁶⁷ As joias eram feitas de materiais muito diversificados, embora o que mais se encontra sejam peças em bronze, ou objetos feitos de missangas de pasta vítrea ou âmbar.

¹⁶⁸ SEVILLA CONDE 2014: 251.

¹⁶⁹ SEVILLA CONDE 2014: 249; COOKE 1998: 14.

seguidas pelas pulseiras¹⁷⁰. Relativamente às fivelas, a sua contribuição para a datação das sepulturas depende da sua tipologia e decoração, o que, em muitos casos, revela-se ineficaz, pelo facto das peças se encontrarem demasiado corroídas, ou serem demasiado simples, no plano tipológico, para poderem datar-se com maior precisão¹⁷¹.

O aparecimento de botões de vestuário é menos comum, embora tenham sido um acessório usado tanto na época alto-imperial como na baixo-imperial¹⁷².

No que concerne aos elementos provenientes do calçado, as tachas da sola dos sapatos do defunto são um vestígio encontrado com alguma frequência, sendo Montes Novos mais uma vez um exemplo. Em certos casos, também se constatou o aparecimento de pequenas fivelas que teriam pertencido a sandálias¹⁷³.

Entre os objetos designados como tecnológicos, podem considerar-se cossoiros, ponteiros, cinzéis, machados e foices, e também armas como pontas de lança e punhais. Estes objetos têm como simbolismo a recordação da profissão ou atividade que o defunto exerceu em vida, assim como a proteção e auxílio ao mesmo na vida após a morte¹⁷⁴. A presença de objetos tecnológicos em contexto funerário passou a ser mais evidente a partir do século IV d.C¹⁷⁵.

Também os objetos profiláticos, como os amuletos, exerceram uma função própria no mobiliário funerário romano. Estes podiam ser objetos que acompanharam o defunto durante a sua vida e que carregavam, por isso, um significado particular para o mesmo, ou podia tratar-se, por outro lado, de uma oferenda por parte dos familiares ou amigos enlutados. De ambas as formas, a sua função era a de acompanhar o defunto na vida além-túmulo, juntamente com a proteção dos seus restos mortais na sepultura¹⁷⁶.

Deste modo, os materiais encontrados em contexto de enterramento, para além de serem significantes para a atribuição de cronologia relativa a um sítio, também nos

¹⁷⁰ COOKE 1998: 15.

¹⁷¹ *Idem*: 15.

¹⁷² SEVILLA CONDE 2014: 251.

¹⁷³ *Idem*: 249 e 250.

¹⁷⁴ MONTEIRO 2012: 31-34.

¹⁷⁵ SEVILLA CONDE 2014: 230.

¹⁷⁶ MARTÍNEZ 2017: 240; SEVILLA CONDE 2014: 230.

permitem obter outro tipo de informação acerca dos defuntos e da comunidade. Para além dos objetos tecnológicos que remetem para a atividade que o defunto exerceu em vida, há objetos que podem determinar o sexo de um indivíduo. Entre todos estes bens funerários, há objetos que podem ser associados ao sexo feminino, como por exemplo os vidros, com destaque para os unguentários devido à sua função de contenção de perfumes. No que concerne aos metais, peças de joalharia como anéis, brincos e pulseiras também eram associadas maioritariamente às mulheres. Relativamente a objetos típicos do trabalho feminino no mundo romano, destacam-se as ferramentas ligadas à prática da fiação, como por exemplo fusos ou rocas¹⁷⁷. Dos objetos que poderão estar associados a enterramentos masculinos, salientam-se as espadas, lanças e outras armas, ou instrumentos de trabalho, embora estes últimos não sejam comuns¹⁷⁸. Já a presença de elementos do vestuário ou de adorno poderá ser indicadora de um indivíduo pertencente a uma classe alta, ou de grande importância para a sociedade¹⁷⁹.

¹⁷⁷ SEVILLA CONDE 2014: 238 e 239; MONTEIRO 2012: 35.

¹⁷⁸ ABREU 2002: 82-85.

¹⁷⁹ MARTÍNEZ 2017: 239 e 240.

2 – Necrópoles romanas no município de Penafiel

Montes Novos integra-se num conjunto alargado de necrópoles tardo-romanas identificadas no Noroeste português ao longo do século XX¹⁸⁰. Em Penafiel, o registo sistemático deste tipo de sítios, e de outros com a mesma cronologia, tem vindo a ser feito há vários anos. Entre os trabalhos realizados, destaca-se pela sistematização e extensão do território considerado: *“Monte Mòzinho. Apontamentos sobre a ocupação entre o Sousa e Tâmega em época romana”*, de Teresa Soeiro, publicado em 1984 em *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*. A mesma investigadora foi atualizando o estudo na área do município nas décadas seguintes e, em 2018, apresenta um mapa, realizado no âmbito do Serviço de Gestão de Património, com todos os sítios arqueológicos de época romana descobertos no município de Penafiel até à data, inserido no artigo *“O Castro de Monte Mozinho (Penafiel, Porto) e o seu aro em época tardo-romana e tardo-antiga”*¹⁸¹, contributo solicitado para a exposição internacional *“In tempore sueborum”*, que teve lugar em Ourense (Espanha), e respetivo volume de estudos editado em 2018. Mais recentemente, no âmbito da última revisão do Plano Diretor Municipal, entre 2019 e 2022, o Serviço de Gestão de Património do Museu Municipal de Penafiel coordenou a atualização da Carta do Património, trabalho que permitiu integrar novas áreas arqueológicas. Em paralelo, e beneficiando já desta sistematização dos dados arqueológicos, os contextos funerários romanos de Penafiel foram também compilados na base de dados constante de uma tese de doutoramento sobre *Cale* e os *Callaeci*¹⁸².

A atualização cartográfica dos sítios romanos de Penafiel, que também ilustra este texto (Fig. 1)¹⁸³, foi, mais recentemente, apresentada no Congresso *“Thermalism in the Roman Provinces. The Role of Medicinal Mineral Waters across the Empire”*, realizado em Madrid, em 2023, e publicada (2024) em co-autoria no número 117 da *Archaeopress Roman Archaeology*, sob o título *“The Roman Healing Spa of Termas de São Vicente (Penafiel, Portugal) and Its Surroundings in Roman Times and Late*

¹⁸⁰ PINTO 1996: 27 e 28.

¹⁸¹ SOEIRO 2018.

¹⁸² SILVA 2021, vol. 2: 769-827.

¹⁸³ Ver: Anexos (Parte I).

Antiquity". Assim, segundo os últimos estudos, no município de Penafiel encontram-se georreferenciadas 29 necrópoles romanas¹⁸⁴, havendo notícia de mais.

Infelizmente, são poucas as informações substanciais acerca da maioria destas necrópoles, que quase sempre se resumem à localização, por vezes aproximada, e a algum espólio funerário, descoberto no decorrer de trabalhos agrícolas ou de obras de construção civil¹⁸⁵. Grande parte desses materiais avulsos encontram-se acondicionados na Reserva de Arqueologia do Museu Municipal de Penafiel, porém descontextualizados, no que diz respeito à forma e tipologia do enterramento ou do conjunto sepulcral em que se integrava. De todas estas necrópoles, além de Montes Novos, apenas mais três foram sujeitas a escavação arqueológica, nomeadamente as do Castro de Monte Mozinho (Oldrões, Galegos e Valpedre)¹⁸⁶, Monteiras (Bustelo)¹⁸⁷ e Eirô (Duas Igrejas)¹⁸⁸.

O material proveniente destas necrópoles, por sua vez, revela-se algo monótono, por ser maioritariamente constituído por cerâmica comum local e regional, com vasos de determinadas formas quase sempre presentes, aspeto bastante vulgar nas necrópoles baixo-imperiais conhecidas nesta região¹⁸⁹. Do ponto de vista de rituais de enterramento, Teresa Soeiro aponta a incineração como principal ritual nas necrópoles romanas desta área até ao terceiro quartel ou mesmo final do século III d.C., sendo no século IV d.C. dada significativa prevalência à inumação¹⁹⁰.

¹⁸⁴ SOUTELO; SOEIRO; BERNARDO; SAMPAIO 2024: 175.

¹⁸⁵ PINTO 1996: 27 e 28; PINTO 2021: 32.

¹⁸⁶ ALMEIDA 1974: 36-51; CARVALHO 2008; SOEIRO 1984: 291-317; SOEIRO 2015: 159-174; SOEIRO 2018: 211-216.

¹⁸⁷ MORAIS; SOEIRO 2014: 1259-1264; SOEIRO 2009/2010.

¹⁸⁸ SOUSA; SOEIRO 2020.

¹⁸⁹ PINTO 1996: 27 e 28; SOEIRO 1992-1993: 282.

¹⁹⁰ SOEIRO 2015: 170.

3 – A necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel)

3.1 – Contextualização

A necrópole de Montes Novos está situada a cerca de 390 metros de altitude¹⁹¹ na freguesia de Croca, do concelho de Penafiel, a meia encosta do fértil vale de Pedrantil¹⁹², por onde passaria uma via romana arqueologicamente não documentada, derivada da que se dirigia à ponte romana de Canaveses e ligava as atuais cidades de Braga e Viseu, atravessando o rio Douro a meio do seu percurso¹⁹³.

Em 1984, Teresa Soeiro referia que, no ano de 1965, teria aparecido um povoado aberto no lugar de Montes Novos, o qual estaria localizado nas proximidades deste espaço de enterramento e de que recolheu ao Museu um capitel toscano em granito e fragmentos de tégula¹⁹⁴. Já a área da necrópole foi descoberta no ano de 1987, no decorrer de trabalhos de terraplanagem realizados pelo proprietário do terreno, que puseram a descoberto algumas sepulturas, juntamente com moedas e objetos de cerâmica, ocorrência que levou a uma escavação de emergência de 1987-1988¹⁹⁵ (Fig. 4, 5 e 6)¹⁹⁶. Das 29 necrópoles que até ao momento foram localizadas no município de Penafiel, a maioria também resultou de achados fortuitos¹⁹⁷.

O espaço foi utilizado intensamente nas décadas finais do século III e durante o IV d.C.¹⁹⁸, ainda que com algumas sepulturas do século II d.C., mas a presença de cerâmicas de fabrico manual, atribuíveis à Pré-História Recente, indica a sua provável função como área de enterramento em épocas anteriores. O Museu Municipal de Penafiel tem à sua guarda sete peças de cerâmica manual inteiras, cuja análise e morfologia permitem enquadrá-las na Idade do Bronze regional¹⁹⁹. Já o achado de

¹⁹¹ SOEIRO; REDENTOR 2021: 94.

¹⁹² PINTO 1998: 188; SOEIRO 2015: 163.

¹⁹³ PINTO 1996: 31.

¹⁹⁴ SOEIRO 1984: 85.

¹⁹⁵ PINTO 1996: 33.

¹⁹⁶ Ver: Anexos (Parte III).

¹⁹⁷ Ver ponto 2.

¹⁹⁸ PINTO 1998: 192.

¹⁹⁹ SAMPAIO 2016.

cerâmica medieval nas imediações, nomeadamente fragmentos de uma panela com cordões digitados²⁰⁰, bem como de um conjunto murário algumas dezenas de metros para este, junto do qual foi recolhida, além de cerâmica, um ceitel do reinado de D. Afonso V, sugere uma continuidade da ocupação humana, que se prolongou até aos nossos dias. Embora originalmente a sede da paróquia medieval de São Pedro de Adaúfe (Croca) não fosse neste local²⁰¹, é de ressaltar a proximidade da igreja paroquial, cuja capela-mor estava ainda em construção por volta de 1734²⁰², e do cemitério atual, ambos situados a poucas dezenas de metros da necrópole romana.

O alargamento do cemitério, realizado entre novembro de 2018 e fevereiro de 2019, não deu lugar a vestígios de interesse arqueológico²⁰³. O mesmo se verificou durante o acompanhamento da construção da casa mortuária, em janeiro de 2022²⁰⁴, e noutros trabalhos elencados no Portal do Arqueólogo²⁰⁵. Esta ausência de novos dados ajuda a excluir um eventual posicionamento da área de habitação romana a norte da necrópole.

3.2 – Fases de utilização da necrópole

Os enterramentos mais antigos da necrópole de Montes Novos, enquadrados no período romano, correspondem às sepulturas 48, 81 e 85. São sepulturas de incineração de forma quadrangular e de pequenas dimensões, nas quais foram recolhidas cerâmicas nas formas de púcaros, copos, pratos de diversos tamanhos e tipologias, e um jarro trilobado. Deste modo, Gilda Correia Pinto caracteriza esta como sendo uma primeira fase de utilização da necrópole, anterior à sua utilização no período baixo-imperial, na qual a incineração seria o ritual de enterramento predominante²⁰⁶. A autora refere-se a

²⁰⁰ Sem sep. (n.º 7827).

²⁰¹ SANTOS 2005: 45.

²⁰² DIAS 2007: 127. Abílio Miranda aponta a localização do primitivo templo, que o atual teria substituído, no lugar conhecido por S. Pedro, na mesma freguesia (MIRANDA 1927: 78-79).

²⁰³ SAMPAIO; BERNARDO 2020.

²⁰⁴ SAMPAIO; BERNARDO 2022.

²⁰⁵ Informação retirada do Portal do Arqueólogo

(<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=50878>). Consultado em 2023.

²⁰⁶ PINTO 1996: 280.

esta como a “1ª fase da incineração”, cuja cronologia situa entre os séculos II e III d.C., remontando aos finais da época alto-imperial²⁰⁷. Cada uma destas sepulturas continha apenas uma moeda, sendo que a mais antiga é um *Kelse*, pertencente à sepultura 81, que se enquadra cronologicamente na segunda metade do século II a.C.²⁰⁸. Contudo, tendo em conta que Montes Novos constitui uma necrópole tardia, a presença de moedas mais antigas poderá ter várias explicações. Para além da deposição de moedas de séculos anteriores aos do enterramento ser uma opção viável, considerando o seu carácter simbólico, estes numismas poderão também derivar de “sepulturas mais antigas, revolvidas por enterramentos posteriores”²⁰⁹. Outro fator que reforça a possibilidade de as moedas não serem contemporâneas dos enterramentos onde foram encontradas é o seu acentuado desgaste, o que significa que as moedas poderão ter circulado durante um grande lapso de tempo antes da sua deposição²¹⁰.

Relativamente à utilização deste cemitério na época tardo-romana, Gilda Correia Pinto fez uma separação deste período em duas fases. A primeira fase remonta, aproximadamente, ao último terço do século III d.C., com a coexistência dos rituais da inumação e incineração²¹¹. A segunda fase situa-se cronologicamente no século IV d.C., correspondendo à maioria das sepulturas, e é caracterizada pela utilização coletiva e intensa do espaço funerário, o que, segundo a autora, poderia ser indício de pertença a um núcleo significativo de população agrupada²¹². Nas sepulturas datadas deste século, por outro lado, destaca-se a presença de objetos que poderão remeter para a profissão que o defunto exercia em vida, uma tradição comum no mundo funerário romano.

Tanto as sepulturas como o espólio de Montes Novos revelam simplicidade, sem grandes indícios de grande distinção social, sendo que os vestígios recolhidos apontam para uma população composta por pequenos proprietários e artesãos²¹³. É também

²⁰⁷ *Idem*: 296; PINTO 1998: 192.

²⁰⁸ PINTO 2021: 103.

²⁰⁹ *Idem*: 44.

²¹⁰ PINTO 1996: 295; PINTO 1998: 191; PINTO 2021: 71.

²¹¹ PINTO 1996: 280.

²¹² PINTO 1996: 298, 303.

²¹³ PINTO 1996: 32 e 33.

notória alguma falta de rigor no que diz respeito ao alinhamento das sepulturas e isolamento de enterramentos, sinal de que a memória se foi perdendo ao longo do tempo, tendência corrente em vários cemitérios tardios, onde as sobreposições e interceções entre sepulturas se tornam frequentes, podendo ser, como foi referido anteriormente, uma das causas do aparecimento de material mais antigo em sepulturas de cronologia mais recente. A datação obtida através das moedas permitiu encontrar um padrão que marca o momento em que esta transição se fez sentir em Montes Novos. As sepulturas que continham moedas datadas de entre 305 e 315 d.C. apresentavam uma orientação a Este/Oeste e não cortavam nem se sobrepunham às anteriores, enquanto as que possuíam numismas de períodos posteriores, de utilização mais densa, estavam orientadas para direções diversas, e muitas se afetaram entre si²¹⁴.

Como analogia, a necrópole de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia) é outro espaço funerário no qual se pôde constatar que houve uma ausência de ordem na organização das suas sepulturas²¹⁵. É possível observar este contraste ao estabelecer uma comparação destes espaços com a necrópole da Via XVII (Braga), por exemplo, utilizada desde o período alto-imperial e na qual se verificou um certo controlo e gestão do enterramento ao longo do tempo, que se espelhou na sua organização e na raridade de sobreposições entre as sepulturas ali encontradas²¹⁶.

3.3 – As sepulturas

Montes Novos é um exemplo de necrópole na qual foram praticados ambos os rituais de enterramento, sendo que a preferência por um ou outro foi variando ao longo do tempo, devendo ser considerado um eventual período de transição. Como foi mencionado anteriormente, apareceram alguns vestígios que apontam para uma possível utilização deste espaço funerário durante a época alto-imperial, na qual a incineração seria o ritual predominante. Porém, à semelhança do que se começou a

²¹⁴ *Idem*: 278.

²¹⁵ LOBATO 1995: 36.

²¹⁶ BRAGA 2015: 378.

observar nas necrópoles romanas, de um modo geral, ao longo dos séculos do Império deu-se uma regressão da prática da incineração, passando a inumação a prevalecer enquanto ritual funerário. Gilda Correia Pinto sugere que esta mudança terá sido motivada por escolhas individuais e não foi o resultado de uma mudança de crenças geral, tanto mais que em Montes Novos esta transição foi feita em ritmos diferentes²¹⁷.

A necrópole de Montes Novos conta com um total de 145 sepulturas²¹⁸ identificadas até ao momento (Fig. 2)²¹⁹, tendo em conta que há sobreposições de sepulturas que levantam dúvidas, e que a área da necrópole não chegou a ser escavada por completo²²⁰. Como já aludimos, estas sepulturas, tanto as de inumação como as de incineração, enquadram-se na tipologia de simples covas ou covachos abertos na terra ou no saibro natural. Variam no seu comprimento entre 120 e 240 cm e na largura entre 50 e 130 cm, sendo que nem sempre se verifica uma proporção clara²²¹.

No que diz respeito à disposição das sepulturas, sabe-se que no século IV d.C. se optou, em muitas necrópoles romanas, por uma orientação NE/SO²²², sendo que, no caso de Montes Novos, a presença das tachas dos sapatos do defunto em algumas sepulturas permitem-nos perceber que a cabeceira ficaria orientada a SO. No que concerne à disposição do espólio funerário na sepultura, também foi possível observar alguns padrões. Para além de se ter verificado que o espólio das inumações se encontrava no interior dos caixões ou junto dos mesmos, também se constatou que, neste espaço, não existindo este contentor, grande parte dos conjuntos estavam agrupados junto aos pés do defunto, enquanto objetos como copos, pucarinhos e

²¹⁷ PINTO 1996: 197; 303.

²¹⁸ A contabilização do número total de sepulturas obedeceu a alguns critérios, considerando que a numeração original nem sempre foi sequencial e, no inventário apresentado na dissertação de mestrado e na subsequente publicação, Gilda Correia Pinto não considera as sepulturas 32, 90, 91 e 99, possivelmente porque estes números não foram atribuídos em campo, atribuindo a alínea a) à 106 (106A). Ana Rita Pinto distinguiu também as sepulturas 60B, 100B e a “cova 3”. Por fim, algumas etiquetas dos objetos depositados no Museu Municipal de Penafiel tinham referências a enterramentos que não estão considerados em qualquer dos inventários, nomeadamente: 140, 141, 142, 143, 144 e 145.

²¹⁹ Ver: Anexos (Parte I).

²²⁰ PINTO 1996: 277.

²²¹ SOEIRO 2015: 163.

²²² SOEIRO 2015: 163.

moedas foram frequentemente encontrados a acompanhar a parte superior do corpo²²³.

3.3.1 – Inumação

O ritual de enterramento que claramente prevalece na necrópole de Montes Novos é a inumação, correspondendo a 86% das sepulturas. Estas sepulturas são as que apresentam uma maior profundidade, e em algumas delas foi possível observar vestígios do caixão na forma de madeira²²⁴, dobradiças, placas e pregos²²⁵. Há também sepulturas nas quais foi possível observar uma depressão em cada um dos seus cantos “*destinadas, talvez, a albergar uma estrutura de apoio ao caixão*”²²⁶, ou, possivelmente, os suportes de uma padiola ou leito²²⁷. Outros cadáveres iriam para a cova amortalhados em tecido, de que restam vestígios na superfície oxidada das tachas do calçado²²⁸.

Apesar de nestas sepulturas não terem aparecido quaisquer restos osteológicos que permitissem determinar a posição do defunto no caixão, foi possível perceber a localização da zona dos pés em 27 casos²²⁹, através dos vestígios de tachas de calçado²³⁰.

Relativamente ao aparecimento de numismas, algo relativamente mais comum nas sepulturas de inumação, a maioria corresponde ao século IV d.C. Gilda Correia Pinto destaca, a este respeito, dois grandes grupos de sepulturas, que se encontram enquadrados, com base na datação do espólio numismático, nos períodos temporais de 310-320 e 340-360 d.C.²³¹.

²²³ PINTO 1996: 283; SOEIRO 2015: 163 e 164.

²²⁴ Exemplo: S139.

²²⁵ SOEIRO 2015: 163; PINTO 1996: 282.

²²⁶ PINTO 1996: 282; PINTO 2021: 38.

²²⁷ SOEIRO 2009-2010: 67.

²²⁸ SOEIRO 2009-2010: 27; SOEIRO 2015: 166, 169

²²⁹ S14, 31, 35, 37, 38, 39, 42, 46, 60, 62, 63, 71, 86, 92, 94, 100, 104, 106, 111, 115, 116, 117, 126, 132 e 138 (PINTO 2021: 57).

²³⁰ PINTO 2021: 57; PINTO 1996: 290-292.

²³¹ PINTO 1996: 296; PINTO 1998: 192.

3.3.2 – Incineração

As sepulturas de incineração de Montes Novos são de deposição secundária, na sequência da combustão em *ustrinum*, sendo que não foi encontrado nenhum vestígio de *bustum* nesta necrópole²³². Infelizmente, são poucas as sepulturas de incineração que se conservaram, devido à sua pouca profundidade e extensão, e por se encontrarem consequentemente a um nível mais superficial, aspeto característico das sepulturas de incineração, dado que não era necessário abrir covas tão profundas como as necessárias para as inumações, o que as torna mais suscetíveis a destruição²³³. As incinerações de Montes Novos não tinham qualquer revestimento ou cobertura sobre os covachos e apresentavam diversas formas, o que aparentemente poderá ser o resultado de uma adaptação das suas dimensões à quantidade de oferendas que iriam conter²³⁴.

Assim, as sepulturas de pequenas dimensões estariam destinadas a albergar uma só peça de mobiliário, nomeadamente painelas, aspeto que também é possível observar em Montes Novos, pois três delas continham apenas um recipiente desta tipologia²³⁵: as sepulturas 72 e 73 correspondem a covachos e a sepultura 82 a uma cova circular com 30cm de diâmetro. Existem ainda mais quatro painelas em Montes Novos, uma pertencente à sepultura de inumação S87²³⁶, enquanto as restantes, infelizmente, não têm nenhuma sepultura atribuída²³⁷.

Relativamente às sepulturas de maiores dimensões, aparentemente estas estariam destinadas a conter um maior número de ofertas votivas. Apresentam formato retangular e sub-retangular²³⁸, mas curiosamente apenas a sepultura 112 continha uma maior quantidade de espólio, com um total de seis recipientes e uma moeda da segunda

²³² PINTO 1996: 281.

²³³ *Idem*: 281.

²³⁴ PINTO 2021: 38.

²³⁵ S82 (n.º 6705); Apesar das painelas da S72 e S73 não se encontrarem no Museu Municipal de Penafiel, existe um desenho do exemplar correspondente à S72 na dissertação de Gilda Correia Pinto. (PINTO 1996: 174).

²³⁶ S87 (n.º 6720).

²³⁷ Sem sep. (n.º 7511, 7533 e 7498).

²³⁸ S53, S55 e S112.

metade do século IV d.C.²³⁹. Esta singularidade e a descrição sumária do contexto de escavação podem levar-nos a questionar se será, de facto, uma incineração.

A maior parte do mobiliário proveniente das sepulturas de incineração é idêntico ao que foi encontrado nas de inumação. Muitas não continham numismas, o que se pode explicar pelo facto de a moeda poder ter sido uma oferenda primária, que no caso deste ritual seria depositada na pira²⁴⁰, ou também haver um menor fluxo de circulação monetária de baixo valor neste período, já que em outras necrópoles próximas também se verifica esta escassez.

Neste espaço funerário foi ainda encontrado um “cinzeiro”, correspondente à sepultura 74, que Gilda Correia Pinto descreve como sendo uma “*cova escavada em três níveis, com enchimento de terra cinzenta-escura, por vezes compacta, e uma elevada presença de cinzas e carvões*”. No seu enchimento, foram encontrados fragmentos de cerâmica comum, de *terra sigillata*, de objetos em bronze, pregos e uma moeda, à qual foi atribuída a cronologia de 347-348 d.C.²⁴¹.

O conceito de cinzeiro acaba por suscitar dúvidas e interpretações divergentes entre vários autores, por se associar tanto a *ustrinae* como a *busta*, dependendo da presença ou ausência de espólio sepulcral. Como no cinzeiro de Montes Novos foram encontrados materiais arqueológicos, mesmo sendo provenientes da camada designada por enchimento, a hipótese de se tratar dos restos da limpeza de um *ustrinum* passa a ser pouco provável.

3.4 – O mobiliário funerário

O mobiliário da necrópole de Montes Novos é composto por uma quantidade numerosa de recipientes de cerâmica comum, apresentando louça doméstica associada à alimentação em quase todas as sepulturas, e estando deste modo em conformidade

²³⁹ PINTO 1998: 207 e 221.

²⁴⁰ PINTO 1996: 282.

²⁴¹ PINTO 1996: 176; PINTO 1998: 212; PINTO 2021: 101.

com os rituais e crenças ligadas aos banquetes funerários e à sobrevivência da alma. Todavia, a maioria deste espólio de cerâmica comum é constituído por objetos usados e danificados, que ficariam aparentemente reservados para uso funerário no final do seu ciclo de utilidade²⁴². Estes defeitos nas peças poderiam ter sido causados através de acidentes durante a cozedura ou ainda na roda do oleiro, ou durante o uso destes recipientes enquanto mobiliário de cozinha, sendo que alguns apresentam bastantes sinais de uso, inclusive perdas de asa ou de parte do bordo, o que indica que já se encontrariam neste estado no momento da sua deposição²⁴³. A deposição de peças danificadas nas sepulturas era algo comum, dado que, perdendo a sua utilidade no quotidiano, ficariam destinadas à sua função no contexto funerário, enquanto parte do conjunto sepulcral. Seria também comum encontrarem-se vasos com defeito à venda em mercados, propositadamente para este efeito.

Ainda na categoria das cerâmicas, foram também encontradas peças de louça cinzenta fina bastante fraturadas, espalhadas “*pela cota superior das sepulturas de inumação e no seu enchimento*”, o que provavelmente terá resultado da destruição de sepulturas mais antigas²⁴⁴. De cerâmicas de importação, infelizmente, só foi encontrado um prato de *terra sigillata* Hispânica Tardia (TSHT) na forma 15/17²⁴⁵ (Fig. 7)²⁴⁶ e fragmentos de *terra sigillata* no enchimento da sepultura 74²⁴⁷, em condições semelhantes às da cerâmica cinzenta fina. Existem também algumas imitações, em louça comum, de formas de cerâmica de importação, de que tratamos no capítulo 3.4 da segunda parte desta dissertação.

Relativamente às lucernas, Montes Novos conta apenas um exemplar²⁴⁸, sendo que a partir do século II d.C. deixaram de ser um objeto constante nas necrópoles romanas e passaram a aparecer com muito menos frequência. O mesmo se pode

²⁴² PINTO 1996: 285-289; PINTO 2021: 58.

²⁴³ PINTO 1996: 285. Ver ponto 3.6. (Parte II).

²⁴⁴ PINTO 1996: 286.

²⁴⁵ 553 (n.º 6549).

²⁴⁶ Ver: Anexos (Parte III).

²⁴⁷ De tipologia desconhecida, dado que não se encontram no Museu Municipal de Penafiel e não existe qualquer outra informação acerca dos mesmos. PINTO 1996: 176; PINTO 1998: 212.

²⁴⁸ Sem sep. (n.º 7608).

constatar nas necrópoles de Monte Mozinho (Oldrões, Galegos e Valpedre) e Monteiras (Bustelo)²⁴⁹. A presença de uma só lucerna numa sepultura poderá ser, também, indicador de uma incineração em *bustum*, dado que neste tipo de sepultura era comum colocar uma lucerna numa das suas periferias²⁵⁰. Contudo, a lucerna de Montes Novos foi encontrada descontextualizada, e em todos os trabalhos arqueológicos feitos até ao momento não foi encontrada nenhuma incineração primária, pela que apenas se pode fazer uma suposição a partir daquele costume.

As moedas surgem também numa quantidade substancial, contando-se com um total de 1091 exemplares²⁵¹. Marcam presença na maioria das sepulturas, sendo que em algumas foi possível observar vários conjuntos e moedas soltas dentro do mesmo enterramento. Os conjuntos seriam oferendas depositadas no momento do funeral, e as moedas soltas representam a crença de origem grega do óbolo a Caronte²⁵². Uma peculiaridade deste espaço funerário é, sem dúvida, a abundância de moedas por sepultura e a frequência com que estes conjuntos mais numerosos foram encontrados. Ana Rita Pinto, na sua dissertação de mestrado, menciona que não foi possível identificar nenhum paralelo para a necrópole de Montes Novos, levantando a hipótese de constituir um caso único²⁵³. Os numismas, sendo um elemento determinante da cronologia de um sítio, permitem situar, cronologicamente, as sepulturas de inumação entre o final do século III e final do século IV d.C.²⁵⁴.

Em contraste com o número de peças cerâmicas e numismáticas que esta necrópole apresenta, são raros os casos dos vidros, objetos de adorno e instrumentos tecnológicos. Os objetos em vidro constituem um total de seis: três copos, duas taças e um unguentário. Todos os copos²⁵⁵ correspondem à forma 34 de Isings, cuja cronologia se pode situar entre o século I e IV d.C. Ambas as taças²⁵⁶ estão enquadradas na forma

²⁴⁹ SOEIRO 2009-2010: 33.

²⁵⁰ CARVALHO 2008: 104.

²⁵¹ PINTO 2021: 63.

²⁵² SOEIRO 2015: 163.

²⁵³ PINTO 2021: 63 e 64.

²⁵⁴ SOEIRO 2015: 164.

²⁵⁵ S106 (n.º 4733); S35 (n.º 4734); S42 (n.º 4735). ISINGS 1957: 48 e 49.

²⁵⁶ S45 (n.º 4736); S76 (n.º 4737). ISINGS 1957: 113.

96 de Isings, do século III d.C., cujo uso perdurou até ao século seguinte. O unguentário²⁵⁷ pertence à categoria denominada de *Fida Fusiforme*, unguentários tubulares que eram raros na Península Ibérica, embora tenham aparecido exemplares por todo o Império durante o século IV d.C.²⁵⁸.

Em relação aos objetos de adorno, segundo Gilda Correia Pinto²⁵⁹, foram apenas encontradas quatro fivelas e duas fíbulas em forma de *ómega* (S38). Apenas uma das fíbulas é feita de bronze. O conjunto das fivelas é constituído por duas de forma circular (S19 e S92) e as outras duas de forma retangular (S103 e S138), todas em ferro.

No que concerne aos objetos tecnológicos, que são escassos, estes assumem a forma de um ponteiro e cinzel (S35), um machado (S131) e um alvião (S24), todos feitos em ferro.

Por fim, também foi possível recuperar pregos e tachas pertencentes ao calçado dos defuntos em algumas sepulturas. Os pregos eram normalmente usados para a construção do caixão, ou da padiola que transportava o corpo para o *ustrinum*, no caso das incinerações, tal como podiam também exercer uma função mágica e ritual, com vista a “*garantir que o defunto não abandonaria o seu túmulo para perturbar o mundo dos vivos ou, inversamente, que nada iria incomodá-lo no seu último repouso*”²⁶⁰. Relativamente aos pregos usados para a construção de caixões ou noutros suportes do cadáver nas inumações, estes são habitualmente encontrados em maior quantidade e dispersos pela sepultura, por terem delimitado e fixado o caixão, que era em madeira, antes deste se degradar. Deste modo, é comum aparecerem situados no centro e nos cantos da sepultura. Em Montes Novos, alguns dos pregos foram encontrados virados de bico para cima e junto de ferragens, as quais, por sua vez, poderiam ter servido para pregar a tampa do caixão ou reforçar os seus cantos²⁶¹.

As tachas do calçado permitem também, como se disse, determinar a orientação do corpo do defunto na sepultura através da localização dos seus pés. Consistem em

²⁵⁷ S78 (n.º 4732).

²⁵⁸ PINTO 1996: 286.

²⁵⁹ PINTO 1996: 289.

²⁶⁰ PORTELA 1998: 25.

²⁶¹ PINTO 1996: 290; PORTELA 1998: 25.

“cardas de sapatos e conferem, conjuntamente com o cabedal com que seriam fabricados os sapatos, uma cor avermelhada e uma textura compacta à terra”, correspondendo, pois, a um tipo de sapatos bastante comum e unicamente utilizado nos meios rurais. Segundo Gilda Correia Pinto, em algumas sepulturas foi possível delimitar perfeitamente os sapatos e até identificar mais de um caso em que os pés dos defuntos se encontravam cruzados. Noutros casos, as tachas foram observadas numa posição que só poderia indicar que os sapatos teriam sido colocados ao lado do corpo²⁶². Um exemplo interessante que se pode observar no material cerâmico de Montes Novos é o prato de lume da S106 (Fig. 8)²⁶³, cujo fundo apresenta vestígios de ferro, indicando que poderá ter estado em contacto direto com as tachas recolhidas na sepultura.

3.5 – A relação da necrópole com um eventual povoado

Apesar de só ter sido encontrada a necrópole, há vários indícios de que a mesma pertenceria a um povoado aberto, bastante próximo, a meia encosta, de onde proviriam as tégulas e o capitel toscano recolhido²⁶⁴. O facto de contar com um total de 145 sepulturas²⁶⁵, mais de 130 distribuídas ao longo de apenas um século, levou Teresa Soeiro e Armando Redentor a propor a classificação do sítio de Montes Novos como aldeia ou lugar da época romana²⁶⁶. Gilda Correia Pinto apontara anteriormente para a possibilidade deste povoado poder tratar-se de um *vicus*, dado que Carlos Alberto Ferreira de Almeida faz referência a um *vicus* em Meinedo e outro em Tongobriga durante a época tardo-romana²⁶⁷, sendo que poderá ter existido um outro lugar similar entre ambos, localizado em Croca, que poderia corresponder ao povoado ao qual a necrópole poderia estar associada²⁶⁸.

²⁶² PINTO 1996: 290.

²⁶³ S106 (n.º 6875). Ver: Anexos (Parte III).

²⁶⁴ SOEIRO 2015: 163. SOEIRO; REDENTOR 2021: 94.

²⁶⁵ Número demasiado elevado para uma eventual necrópole familiar.

²⁶⁶ SOEIRO; REDENTOR 2021: 94.

²⁶⁷ SOEIRO; REDENTOR 2021: 94. apud. ALMEIDA 1992: 193.

²⁶⁸ PINTO 1998: 188.

Parte II – Estudo do mobiliário cerâmico da Necrópole de Montes Novos

1 – Objetivos e metodologia

Como referimos anteriormente, o principal objetivo desta dissertação é o de levar a cabo o estudo da necrópole de Montes Novos, em particular do seu mobiliário cerâmico. Este trabalho pretende complementar os estudos deste arqueossítio já realizados, aqui já mencionados.

Relembramos que todo o trabalho desenvolvido não contou com os registos gráficos e fotográficos da intervenção arqueológica, que se encontrarão dispersos em arquivos dos antigos serviços da entidade de tutela. O Museu Municipal de Penafiel dispõe apenas de algumas fotocópias pontuais do registo gráfico realizado em campo, escassas fotografias e algumas fichas do tratamento de conservação e restauro. O inventário informático de todo o mobiliário desta necrópole já havia sido realizado pelos técnicos do Serviço de Gestão de Coleções do Museu Municipal de Penafiel, tarefa que consistiu na atribuição de um número de inventário a cada peça, reorganização de todo o material que se encontrava ainda embalado, tal como tinha dado entrada no Museu, muitas vezes com várias peças no mesmo saco. Foi sempre preservada e tida em conta a informação das fichas de campo que eventualmente as acompanhavam, bem como a informação publicada. Nesta fase, foi também atualizada a análise e complementada a identificação e caracterização de muito do espólio. O Museu Municipal de Penafiel disponibilizou-nos todas as fichas de inventário desta necrópole.

Desta forma, o nosso trabalho centrou-se no desenho técnico de todos os objetos cerâmicos contextualizados nas sepulturas, seguido por uma análise macroscópica e organização dos mesmos por fabrico, e atualização do inventário, informação que será futuramente vertida nas fichas de inventário informático museológico já realizado. Com este contributo pretende-se dar ênfase à importância da análise dos materiais e do desenho na Arqueologia, sendo que as peças que chegaram

até nós são um meio de informação bastante relevante, do qual se deve procurar sempre fazer um registo completo. Ainda relativamente às cerâmicas, devemos recordar que as suas formas, pastas e decoração possibilitam normalmente a atribuição de um período ou cronologia relativa a um sítio, dados esses que têm um enorme peso e utilidade no caso de estações arqueológicas com pouca informação de campo. Carlos Alberto Ferreira de Almeida reforçou esta importância, ao mencionar que a procura por uma noção mais completa da cronologia das peças de cerâmica comum que apareceram no povoado de Monte Mozinho levou ao reconhecimento da necessidade de encontrar uma necrópole associada àquele castro²⁶⁹.

O ponto de partida para a realização desta dissertação foi a consulta dos referidos trabalhos de Gilda Correia Pinto (1996 e 1998) e Ana Rita Pinto (2021), assim como dos artigos e publicações da autoria de Teresa Soeiro, acerca de outras necrópoles romanas identificadas no concelho de Penafiel²⁷⁰, bem como a recolha de informação de campo disponível no Museu Municipal de Penafiel. Seguiu-se a análise de contextos análogos localizados no Norte de Portugal e uma pesquisa mais ampla sobre o mundo funerário romano, procurando aprofundar o conhecimento acerca das crenças, tradições e ritos funerários, com vista a uma adequada contextualização acerca desta temática, tão vasta e interessante, que muito tem contribuído para o ramo da Arqueologia da Morte, para depois cruzar estas informações com todos os dados sobre Montes Novos.

Os artigos e demais trabalhos académicos consultados serviram, sobretudo, para compreender padrões e estabelecer paralelos. Para esta dissertação foram também consultadas diversas obras de referência acerca do mundo funerário romano, entre as quais destacamos: *“Death and Burial in the Roman World”*, de Jocelyn Toynbee (1971) e *“Spirits of the Dead”*, de Maureen Carroll (2006), assim como *“Burial customs and the pollution of death in ancient Rome: procedures and paradoxes”*, de François Retief (2005), *“Espacios, usos y hábitos funerarios en la Hispania Romana: Reflexiones y últimas*

²⁶⁹ ALMEIDA 1974: 36.

²⁷⁰ SOEIRO 1984; 1987; 1992-1993; 1998; 2012; 2015; 2018; 2020; 2021.

novidades”, de Desiderio Vaquerizo (2011) e ainda “*Funus Hispaniense: Espacios, usos y costumbres funerarias de la Hispania Romana*”, de Alberto Sevilla Conde (2014).

Relativamente às necrópoles romanas do nosso território, ressaltamos ainda quatro trabalhos académicos, nomeadamente as dissertações de mestrado de João Abreu, “Necrópoles Romanas do Território Português” (2002) e “Contributo para o estudo dos materiais arqueológicos da necrópole do Monte Sameiro (Valadares, Vila Nova de Gaia)”, de José Macedo (2017), bem como a tese de doutoramento de Cristina Braga, “Morte, memória e identidade. Uma análise das práticas funerárias de Bracara Augusta” (2018) e “*Cale e os Callaeci. Territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a Romanidade*” (2022), de António Manuel Silva, esta relativa ao enquadramento histórico e arqueológico da região no período antigo.

A bibliografia usada para esta dissertação foi obtida na biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Serviço de Documentação do Museu Municipal de Penafiel, e também é constituída por artigos encontrados em plataformas digitais como o Academia Edu, *ResearchGate* e repositórios de Universidades²⁷¹, bem como por material fornecido pelos Professores Doutores Rui Morais e Rui Centeno, Dra. Helena Bernardo, do Serviço de Gestão do Património Cultural do Museu Municipal de Penafiel, e Doutor António Manuel Silva, arqueólogo e técnico superior da Câmara Municipal do Porto.

Ainda nesta fase inicial, foi realizada uma formação em desenho de materiais arqueológicos no Museu D. Diogo de Sousa, ministrada por Amélia Marques, técnica responsável pelo Departamento de Desenho Arqueológico, que nos forneceu todas as bases, conselhos e competências necessárias para elaborar os desenhos do espólio cerâmico da necrópole de Montes Novos. Ainda no Museu D. Diogo de Sousa, foi também realizada uma formação em tratamento gráfico de desenhos de materiais

²⁷¹ Foi feita uma pesquisa bibliográfica nos seguintes repositórios: Repositório Aberto da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, repositório da Universidade do Minho, Estudo Geral (repositório da Universidade de Coimbra) e repositório da Universidade de Lisboa.

arqueológicos, tutorada pelo Dr. Nuno Oliveira, na qual aprendemos a vetorizar com o programa *Inkscape*.

A componente prática da dissertação foi realizada no Museu Municipal de Penafiel, que muito bem nos recebeu e acolheu durante vários meses. O trabalho teve início com o desenho de todos os materiais cerâmicos provenientes da necrópole de Montes Novos, seguido da análise do espólio segundo um critério crono-tipológico, que foi feito com o auxílio da tabela de cronologias atribuídas às sepulturas pelos numismas²⁷². Para este efeito, realizou-se uma análise macroscópica, e com o auxílio de uma lupa de 30 aumentos, das pastas e superfícies das peças, para de seguida organizar as mesmas em fabricos, segundo critérios que adiante explicitaremos. No passo seguinte, dividimos cada fabrico em cronologias, com base nas datações atribuídas a cada sepultura através das moedas.

Tanto para a elaboração dos desenhos do espólio cerâmico como para a atualização do inventário que se pretende fazer com este trabalho, foram consideradas todas as peças que estão marcadas e inventariadas. Durante a escavação, foi atribuída a cada objeto uma ficha de registo de campo, que contém informações tais como a sepultura da qual é proveniente ou o número que marca a sua posição no enterramento, tal como se pode observar nos desenhos das sepulturas elaborados por Gilda Correia Pinto (1996).

Entre o mobiliário associado às sepulturas e sem referência ao número de posição, algum foi considerado como pertencente aos enchimentos pelo Serviço de Gestão de Coleções do Museu Municipal de Penafiel, para efeitos de inventário museológico, considerando sempre a informação disponível na ficha de campo ou nas marcações dos sacos. Esta disposição do material arqueológico foi também considerada neste trabalho, embora se possa levantar a possibilidade de alguns desses objetos, por estarem inteiros e em bom estado, terem pertencido à sepultura e não ao enchimento,

²⁷² PINTO 2021: 71.

sendo que uma peça que esteja posicionada a um nível mais superficial fica mais propícia a destruições e tem uma baixa probabilidade de permanecer intacta.

Em relação às peças que não têm uma sepultura atribuída²⁷³, por terem sido encontradas numa área da escavação que se designou por *caminho*, estas também apresentam fichas de registo e números de inventário, sendo que por essa razão também foram consideradas para esta atualização do inventário. Apenas não foram considerados os fragmentos de dimensões bastante reduzidas, que não disponibilizam nenhuma forma representável graficamente, a que também não foi atribuído número de inventário, ou por se tratarem de vestígios descontextualizados e muitas vezes misturados com fragmentos provenientes de outras peças, no mesmo saco. Uma parte deste material encontra-se acondicionada em gavetas, na Reserva de Arqueologia do Museu Municipal de Penafiel.

Relativamente às referências, o número de inventário do Museu é composto por “MMPNF/2008/XXXX”, no qual a sigla “MMPNF” corresponde a Museu Municipal de Penafiel, 2008 ao ano que em o material foi inventariado, a que se segue o número individual de cada objeto. Por questões de gestão de espaço, para fazer referência a uma peça iremos colocar apenas o seu número de inventário²⁷⁴. No caso do material que se encontra acondicionado em reservas da DRCN, ao qual ainda não estão atribuídos números de inventário, como referimos anteriormente, a referência que iremos utilizar para os mesmos será “IPPAR-DRN/n.º X”²⁷⁵.

No registo gráfico realizado, foram selecionadas todas as peças inteiras, juntamente com as fragmentadas que apresentassem pelo menos partes do fundo, bordo ou asa suficientes para possibilitar a elaboração do desenho. Não foram consideradas para desenho as peças que não apresentavam nenhuma destas condições,

²⁷³ A designação usada para fazer referência a essas peças no presente trabalho é “sem sep”, que significa “sem sepultura”.

²⁷⁴ Exemplo: S13 (n.º 9799); ou sem sep. (n.º 9298), no caso das peças que não têm sepultura atribuída.

²⁷⁵ Como há números de sacos que se encontram repetidos por pertencerem a materiais de natureza diferente, junto ao número do saco, na referência, iremos colocar uma letra alusiva ao tipo de material de que se trata, mantendo deste modo a sua organização original. “C” significa cerâmica, “F” ferro, “B” bronze, “O” osso e “D” materiais diversos.

à exceção do fragmento de uma taça²⁷⁶, que corresponde a uma imitação da forma Hisp. 15/17 de *terra sigillata* Hispânica Tardia (TSHT)²⁷⁷.

A parte prática foi complementada com o registo fotográfico, realizado por Manuel Ribeiro, responsável pelo Serviço de Documentação do Museu Municipal de Penafiel. Inicialmente foram fotografadas algumas peças de cada tipo de fabrico, selecionadas previamente dada a vasta quantidade de mobiliário que esta necrópole apresenta. Os critérios seguidos para esta seleção foram o estado da peça e a variedade de tipologias e tamanhos, sendo que foram escolhidos os objetos que se encontravam mais completos e em melhor estado de conservação. De seguida foram fotografados alguns conjuntos por sepulturas, tendo sido selecionadas para tal as que apresentavam uma maior variedade de tipologias cerâmicas. Por fim, foram fotografados os casos únicos, assim como detalhes de peças que apresentam algumas particularidades, como grafitos, marcas de oleiro, decorações, pintura e orifícios. Concluído o registo gráfico manual do espólio cerâmico, todos os desenhos foram digitalizados para se proceder à fase seguinte, de tratamento gráfico digital com recurso ao programa informático *Adobe Illustrator 2020*. A escala dos desenhos foi ajustada de acordo com o tamanho dos mesmos, e corresponde à escala gráfica que se encontra em cada um.

Dado que foi feita uma revisão intensiva de todas as sepulturas e material cerâmico da necrópole de Montes Novos, foi também elaborada uma atualização do inventário. Foram feitas pequenas correções a nível de números de inventário que estavam trocados, tipologias que estavam igualmente trocadas no catálogo original, e foi feita uma listagem de todas as peças que constam no inventário de Gilda Correia Pinto, mas que não se encontram na Reserva de Arqueologia do Museu Municipal de Penafiel. O inventário atualizado encontra-se nos Anexos, juntamente com os desenhos do mobiliário cerâmico desta necrópole, a que associamos a descrição do contexto de campo e os desenhos das respetivas sepulturas, retirados da dissertação de mestrado de Gilda Correia Pinto²⁷⁸. No inventário, o material encontra-se organizado por

²⁷⁶ S65 (n.º 6618).

²⁷⁷ PAZ PERALTA 2008: 515 (Figura 7.1).

²⁷⁸ Os desenhos das sepulturas não apresentavam escala.

sepultura, mantendo deste modo a organização aplicada por Gilda Correia Pinto (1996 e 1998) e mantida na Reserva de Arqueologia do Museu Municipal de Penafiel. As peças que foram encontradas fora do contexto, sem sepultura atribuída, estão agrupadas no final, por ordem de número de inventário e sob a designação de “sem sepultura”.

2 – Desenho e tratamento gráfico de materiais arqueológicos

2.1 – O desenho arqueológico

O desenho arqueológico é um meio de registo que remonta aos inícios da prática arqueológica, mas que foi especialmente impulsionado a partir de 1970, alcançando, desde então, um verdadeiro estatuto de ciência, pelo rigor da sua técnica e amplitude da sua ação²⁷⁹. Aspetos como a objetividade, o rigor, o simbolismo e os detalhes tornaram o desenho convencional e aceite por toda a comunidade arqueológica²⁸⁰. Reconhecendo que uma escavação arqueológica provoca por vezes uma destruição irremediável, o desenho arqueológico é fundamental para o registo futuro²⁸¹.

O desenho arqueológico contempla três grandes componentes, o desenho de estruturas, o desenho de materiais arqueológicos e o desenho arqueológico de ilustração científica. O desenho de estruturas integra os registos que são realizados no campo, como por exemplo plantas, alçados, cortes estratigráficos e a posição e disposição dos objetos no momento em que foram encontrados. O desenho de materiais arqueológicos engloba todos os objetos passíveis de estudo que surgem no decorrer de uma escavação, tais como as cerâmicas, líticos, vidros e metais, sendo transversal a todas as épocas. O desenho arqueológico de ilustração científica surge enquanto uma componente mais didática, embora exija um trabalho de pesquisa e de interpretação relativamente à sua representação.

²⁷⁹ LIMA 2007: 54.

²⁸⁰ Ainda que com algumas diferenças técnicas e de convenção, como veremos, entre as tradições europeias e a norte-americana.

²⁸¹ LIMA 2007: 77.

O desenho arqueológico complementa os restantes métodos de registo, tais como a fotografia, a fotogrametria e a descrição dos objetos. Cada registo atende a necessidades diferentes, sendo que todos são igualmente importantes e nenhum se torna substituível²⁸². A importância do contributo do desenho para a Arqueologia pode ser observada, por exemplo, em comparação com a fotografia, que apesar de cumprir uma função informativa e estética à semelhança do desenho, não é tão interpretativa nem evidencia a minúcia da representação em elementos morfológicos, técnicos e tipológicos que o desenho arqueológico engloba. Através do desenho arqueológico é possível representar cortes, secções, vistas, permitindo fazer uma análise mais profunda dos objetos. A reconstituição de uma peça só é possível através de um estudo exaustivo, com recurso ao desenho arqueológico, para chegar à forma original²⁸³.

A componente do desenho de materiais arqueológicos consiste na projeção de um objeto tridimensional para um plano bidimensional, em que a linha do meio corte permite uma leitura mais completa da parte interna e externa da peça²⁸⁴. A orientação das peças é sempre feita segundo a sua funcionalidade. Por exemplo, uma ponta de seta é sempre desenhada com o vértice voltado para cima, e um machado de pedra polida é representado com o seu gume voltado para baixo. Já no caso dos recipientes com asa, esta é representada no lado direito, pela forma como mais correntemente a utilizamos²⁸⁵.

O método americano de projeção, designado projeção do terceiro diedro, deverá ser o adotado para a representação das vistas parciais, sempre que se justificar. Este método é utilizado em detrimento do método europeu, por ser o mais indicado para o que pretendemos representar²⁸⁶. A decoração do lado exterior da peça é representada no lado direito do meio corte. Contudo, se a peça apresentar uma decoração variável que leve à necessidade de uma representação total, a mesma terá de ser feita do lado

²⁸² LIMA 2007: 72.

²⁸³ MADEIRA 2013: 13; LIMA 2007: 73.

²⁸⁴ MADEIRA 2013: 20.

²⁸⁵ LIMA 2007: 123; CASTRO, SEBASTIAN 2003: 552.

²⁸⁶ Por exemplo, decoração de um bordo é representada na parte de cima do desenho, enquanto uma marca de oleiro na base da peça é representada em baixo.

direito, designado por vista posterior. No caso dos desenhos do material cerâmico de Montes Novos, a bilha de duas asas da sepultura 118²⁸⁷ surge representada na sua totalidade em quatro vistas, correspondentes à frontal, posterior e laterais, por apresentar pinturas de alta qualidade e que não se repetem em todo o seu redor. Quando uma peça apresenta uma decoração simplista e repetitiva, deve-se recorrer sempre à projeção ortogonal.

No que concerne à apresentação gráfica, os materiais datados desde a pré-história recente até ao período romano devem levar um acabamento a sombreado ou pontilhismo, assim como devem ser representadas todas as fraturas ou deformações que os objetos apresentem. A partir do período romano, *inclusive*, até à época moderna, convencionou-se que os desenhos, normalmente, devem apenas conter linhas de espessuras diferentes, para evidenciar os altos e os baixos-relevos, salvo casos excepcionais de peças muito decoradas ou com determinados detalhes que importe salientar.

2.2 – Tratamento gráfico dos desenhos

O desenho de uma peça a lápis não finaliza o trabalho, sendo que é preciso que este tenha um acabamento, que deve igualmente contribuir para a sua boa leitura e compreensão²⁸⁸. Até aos anos de 1980 e 1990, o acabamento era feito com tinta-da-china ou canetas de ponta fina de espessuras diferentes, tendo em conta a variedade de tamanhos e tipologias, juntamente com a representação dos altos e baixos-relevos. Atualmente apenas o material lítico requer este tipo de acabamento, dado que os avanços da tecnologia a nível da computação e desenho assistido por computador (CAD²⁸⁹) tornaram este processo mais prático e acessível para todos, ao contrário do que se observava anteriormente, em que tal tratamento requeria muito mais tempo. No âmbito do desenho assistido por computador, existem *softwares* para este tipo de

²⁸⁷ S118 (n.º 4896).

²⁸⁸ LIMA 2007: 79.

²⁸⁹ *Computer-aided design*.

tratamento que são usados em diversos ramos da ciência, com vista a facilitar este trabalho, como por exemplo o *Adobe Illustrator*, *AutoCAD*, *Corel Draw* e *Inkscape*. O tratamento gráfico de desenhos arqueológicos é feito através da criação de imagens vetoriais, constituídas por linhas e polígonos, sobre uma digitalização do desenho.

A diferença de representação entre objetos anteriores e posteriores à época romana também é aplicada no acabamento de um desenho. No caso de cerâmicas da Pré e Proto-História e das lucernas, que são uma exceção, o próprio sombreado ou pontilhismo assume a forma de tratamento final. Contudo, isto só é aplicado no lado referente à vista externa da peça no desenho, sendo que a interna, constituída apenas por linhas, deve ser vetorizada.

Após todo este processo, o desenho fica pronto para a sua publicação final.

2.3 – Elaboração dos desenhos do mobiliário cerâmico de Montes Novos

O registo gráfico foi elaborado tendo em conta os critérios referidos no primeiro capítulo desta parte, sendo que agora pretendemos aprofundar a metodologia desta componente. De um modo geral, o verdadeiro desafio do desenho deste espólio cerâmico foi a sua grande quantidade, tendo sido elaborado e posteriormente vetorizado um total de 478 desenhos. Sendo um mobiliário repetitivo, quase todo constituído por um número limitado de formas de cerâmica comum, foram raras as peças cuja morfologia se destacou por ser diferente. Para além disso, grande parte das peças estava completa e em bom estado, e mesmo nas que não estavam foi possível encontrar entre os fragmentos, na maioria dos casos, partes suficientes para possibilitar a elaboração do desenho. O maior desafio foi o desenho de uma panela²⁹⁰, que se encontrava bastante fragmentada, bem como de uma garrafa²⁹¹, da qual se conservou apenas um pequeno número de fragmentos, o que dificultou, ao início, a perceção da sua forma e, posteriormente, a elaboração do seu desenho.

²⁹⁰ S82 (n.º 6705).

²⁹¹ S29 (n.º 5604).

No que concerne à decoração, esta deve ser reproduzida, sempre que possível, dentro dos limites do desenho principal. Para tal efeito, devido à curvatura que a maioria das formas cerâmicas apresenta, é feita uma projeção ortogonal da decoração, que fica deste modo sujeita a um estreitamento ou deformação, o quão mais afastada estiver da posição central. Contudo, nem sempre é possível recorrer a este método, sendo que existem casos em que a leitura da decoração é facilitada se estiver representada numa planificação, podendo ficar incluída no desenho principal, ou ser destacada ou isolada através de desdobramento de vistas, o que deve ser reduzido ao estritamente necessário²⁹².

Para a representação de algumas decorações presentes nas cerâmicas de Montes Novos, recorreu-se a vários tipos de desdobramento de vistas. Quanto às peças que apresentam pintura no lado interior dos bordos, num total de quatro²⁹³, procedeu-se a um isolamento da decoração de acordo com o esquema geométrico da forma, limitado a um quarto de círculo²⁹⁴. Na ausência de decorações representadas na sua totalidade ou de múltiplas vistas, fica subentendido que o motivo decorativo se repete, do qual todas estas peças são exemplo²⁹⁵.

Relativamente à representação de grafitos e de marcas de fabrico, recorreu-se a métodos como o isolamento da decoração respeitando a sua disposição axial²⁹⁶. No caso da marca de fabrico presente no prato de *terra sigillata* Hispânica Tardia (TSHT) da forma 15/15 recolhida na sepultura 53²⁹⁷ e das bocas de todos os jarros trilobados, foi feito um desdobramento da vista superior. No caso de grafitos que se encontram no fundo da peça²⁹⁸, procedeu-se a um desdobramento da vista inferior. Outro método utilizado foi o da representação de grafitos numa planificação, aplicado nos casos em

²⁹² LIMA 2007: 124-126.

²⁹³ S59 (n.º 6577); sem sep. (n.º 7609); sem sep. (n.º 7870); sem sep. (n.º 7509).

²⁹⁴ CASTRO, SEBASTIAN 2003: 548.

²⁹⁵ LIMA 2007: 126.

²⁹⁶ CASTRO; SEBASTIAN 2003: 548.

²⁹⁷ S53 (n.º 6549).

²⁹⁸ S37 (n.º 6204); S40 (n.º 6217); S43 (n.º 6515); S63 (n.º 6598); S85 (n.º 6804); S94 (n.º 6815); S130 (n.º 6947); S136 (n.º 6960); S141 (n.º 6974).

que os mesmos excedem a área de representação disponível²⁹⁹. No caso específico de uma bilha com um extenso grafito³⁰⁰, optou-se por desenrolar a representação deste para o exterior do desenho, por se tratar de uma inscrição alfabética de grandes dimensões e que circunda a peça. Nos restantes casos, o desenho do grafito não atravessou os limites do desenho, mas foi desdobrado para o lado esquerdo do mesmo. Para ficar perceptível que está na parte exterior da peça, foi apagada a secção da linha do meio corte correspondente ao eixo em que o mesmo está posicionado.

Todos os desenhos da necrópole de Montes Novos seguem o método americano de disposição das vistas ou planos, cuja adoção foi inteiramente aceite na comunidade científica arqueológica em Portugal, por ir de encontro ao que pretendemos representar³⁰¹.

3 – Análise crono-tipológica das cerâmicas

3.1 – Tipologia

O espólio cerâmico da necrópole de Montes Novos é constituído por um total de 686 objetos (Tabela 1)³⁰², que, na sua esmagadora maioria, se enquadram na designada cerâmica comum romana. Apresenta uma grande diversidade tipológica, bem equilibrada entre formas fechadas e abertas, que incluem, respetivamente, copos, potinhos, pucarinhos, púcaros, bilhas, jarros de bocal redondo e trilobado, tigelas, taças, pratos de mesa e de lume e prateiras, sendo menos frequentes as painéis, potes e pratéis de lume (dois exemplares), assim como algumas formas representadas por apenas um exemplar, como o cântaro, garrafa e lucerna³⁰³. No que se refere à cerâmica de importação, registam-se apenas dois exemplares de *terra sigillata*, um prato de TSHT

²⁹⁹ CASTRO; SEBASTIAN 2003: 549.

³⁰⁰ Sem sep. (n.º 3213).

³⁰¹ CASTRO; SEBASTIAN 2003: 546 e 547.

³⁰² Ver: Anexos (Parte II).

³⁰³ Sem sep. (n.º 7608).

na forma 15/17 e outro que não conseguimos localizar, assim como dois púcaros³⁰⁴ de fabrico alaranjado fino de Conimbriga³⁰⁵.

A bibliografia de referência à qual recorremos para as designações latinas das formas foi a tese de doutoramento de Jorge de Alarcão³⁰⁶, “Cerâmica comum local e regional de Conimbriga” (1974). As correspondentes às formas a que chamamos pucarinho e jarro trilobado foram retiradas do trabalho de Maria José Folgado Lobato, “A necrópole romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia)” (1995).

Os recipientes de formas fechadas destinavam-se a conter ou servir vários tipos de líquidos, nomeadamente água e vinho. As bilhas, cujas designações latinas são *lagoenae* e *urceus*, caracterizam-se pela sua forma bastante contracurvada, gargalo alto e estreito, e pelo aplique que possuem no arranque superior da asa, denominado dedeira, com vista à colocação do polegar para facilitar o seu manuseamento. Estas formas podiam ter uma ou duas asas, sendo que o último caso é menos comum³⁰⁷. A sua função era servir água ou vinho à mesa, entre outros líquidos³⁰⁸. Revela-se uma das formas mais comuns nas sepulturas dos séculos III e IV d.C.³⁰⁹.

Os jarros são um recipiente de médias dimensões, cuja classificação tipológica varia consoante a forma do bocal, que podia ser redondo ou trilobado³¹⁰. Os jarros de bocal redondo, também designados por *lagoenae*, são bastante semelhantes aos púcaros, porém de uma dimensão maior, e eram feitos tanto em produções finas como grosseiras. À semelhança das bilhas, continham normalmente água ou vinho, e cumpriam a função de servir os copos ou púcaros à mesa³¹¹. Os jarros trilobados, cuja designação, de origem grega, é *oinochoai*, são uma forma que se tornou comum nas necrópoles romanas a partir do século II d.C., e que era produzida na sua maioria em pastas grosseiras, por serem recipientes que eram utilizados no lume com o propósito

³⁰⁴ S27 (n.º 5591-7529); S85 (n.º 6713).

³⁰⁵ ALARCÃO 1974: 94.

³⁰⁶ ALARCÃO 1974: 32-35.

³⁰⁷ LOBATO 1995: 65; CRUZ, CORREIA 2007: 69; SILVA, LEMOS, ABREU, RIBEIRO 2012-2013: 68.

³⁰⁸ ALARCÃO 1974: 34.

³⁰⁹ SOEIRO 2010: 39.

³¹⁰ CRUZ, CORREIA 2007: 71.

³¹¹ ALARCÃO 1974: 34.

de aquecer o líquido que continham. Por esta razão, grande parte apresenta vestígios de fuligem concentrados na parte inferior do bojo, na área oposta à asa³¹². As produções mais grosseiras de jarros de bocal redondo³¹³ assemelham-se bastante às dos jarros trilobados, sendo que na ausência de fragmentos do bocal, é difícil identificar a forma. Ambas as tipologias são bastante comuns nas necrópoles romanas do Norte e Centro de Portugal, nomeadamente em Conimbriga³¹⁴.

Os púcaros, designados pelo termo *flasco*, também eram recipientes destinados à contenção de água e vinho, através dos quais se podia beber ou transferir o seu conteúdo para outros recipientes. A sua forma corresponde normalmente a um perfil em S, bojo ovóide e colo contracurvado, com a presença de uma ou duas asas, sendo esta última uma característica incomum³¹⁵. Assemelham-se bastante aos jarros de bocal redondo, sendo identificados pela sua menor dimensão, em comparação com aqueles, assim como pelo tipo de pasta.

Os pucarinhos, cuja designação latina é *pocula*, são pequenos recipientes que serviam para beber. Eram produzidos num fabrico mais cuidado e caracterizam-se por apresentarem pastas mais depuradas e acabamentos aperfeiçoados³¹⁶. Diferenciam-se dos copos por apresentarem uma asa, sendo que a fragmentação dos exemplares, com falta deste setor, por vezes dificulta a classificação. A presença da asa faz com que a sua forma se assemelhe a um púcaro de pequenas dimensões.

Os copos possuem uma forma troncocónica ou cilíndrica, e são um objeto de produção essencialmente fina. As suas características morfológicas apontam para a função de beber. Estes recipientes são também bastante frequentes nas necrópoles romanas tardias³¹⁷.

³¹² SOEIRO 2010: 35; SOEIRO 2015: 167.

³¹³ Correspondentes ao fabrico 6 que iremos abordar posteriormente.

³¹⁴ LOBATO 1995: 62 e 63.

³¹⁵ ALARCÃO 1974: 34; PINTO 1996: 294; CRUZ, CORREIA 2007: 72.

³¹⁶ LOBATO 1995: 56.

³¹⁷ ALARCÃO 1974: 34; LOBATO 1995: 57; CRUZ, CORREIA 2007: 70.

Os potes caracterizam-se por assumirem uma forma geralmente ovóide, e tinham como função o armazenamento de alimentos, tanto líquidos como sólidos, como, por exemplo, mel, sal, azeitonas, frutas secas, entre outros alimentos e temperos. Por vezes, podiam ser também utilizados para cozinhar alimentos³¹⁸. À semelhança dos púcaros e pucarinhos, também existem os potinhos, que assumem a forma de um pote de pequenas dimensões.

Os cântaros são um recipiente de maior capacidade, com vista ao transporte de líquidos. Para tal, era necessário aumentar a sua resistência, e por isso eram produzidos em pastas mais espessas³¹⁹.

No tocante à decoração destes objetos de forma fechada, quase todos os pertencentes às tipologias dos jarros, púcaros e pucarinhos apresentam entre uma a três linhas concêntricas no ombro. Quanto aos motivos decorativos, a maior parte surge na forma de pintura³²⁰, embora se registem também três exemplares que se destacam por apresentarem decoração com linhas incisas. Estes correspondem ao jarro da S7³²¹, cujo colo está decorado com linhas incisas na vertical, ao pucarinho da S116³²², com linhas brunidas oblíquas também no colo, e ao jarro trilobado da S117³²³, cuja asa está completamente decorada com linhas incisas dispostas em espinha.

Os recipientes de formas abertas tinham como função a contenção de alimentos sólidos, e por esta razão surgem também associados às oferendas alimentares feitas no mundo funerário romano³²⁴. Entre as formas abertas, a tipologia mais comum corresponde aos pratos, que variavam de dimensão e consoante a sua função. Os pratos de lume são outro exemplo de objeto bastante comum, nomeadamente em contextos tardios, embora tenham sido amplamente difundidos ao longo de toda a ocupação romana. Na designação latina de *patina* ou *patella*, estes recipientes são produções

³¹⁸ ALARCÃO 1974: 35.

³¹⁹ LOBATO 1995: 61.

³²⁰ Ver ponto 3.3 (Parte II).

³²¹ S7 (n.º 5503).

³²² S116 (n.º 6918).

³²³ S117 (n.º 6919).

³²⁴ LOBATO 1995: 69.

grosseiras que assumem uma forma larga e com paredes baixas, características próprias para o seu uso no lume a altas temperaturas³²⁵. Os pratos de mesa podem ser semelhantes aos pratos de lume, porém não apresentam vestígios de fuligem. Como o próprio nome indica, utilizavam-se na mesa e era diretamente deles que se faziam as refeições, sendo que vinham frequentemente já servidos da cozinha³²⁶. As prateiras assumem a forma de pratos de grandes dimensões, com pasta cuidada, geralmente coberta por aguada ou engobe vermelho³²⁷. Existem ainda os pratéis, designados por *catilli*, que eram pratos de pequenas dimensões.

As taças e as tigelas³²⁸ são duas formas semelhantes, que normalmente se distinguem pelas suas dimensões. Apesar de ambas apresentarem normalmente um perfil hemisférico ou de paredes arqueadas, as taças costumam ter tamanho maior, em relação às tigelas³²⁹. Ambas estariam destinadas à contenção de alimentos e também ao seu uso para comer e beber água ou caldos. As taças também poderão ter servido como fruteiras³³⁰.

Para findar este ponto, pretendemos destacar alguns objetos excepcionais, por apresentarem características morfológicas ou outros tipos de decoração que os fazem sobressair entre este mobiliário cerâmico e respetivas tipologias. As bilhas revelaram ser a forma que apresenta uma maior variedade, entre as quais destacamos três exemplares de bilhas de duas asas, correspondentes às das sepulturas S50³³¹ e S67³³² e à já referida bilha da S118³³³, duas bilhas de pequenas dimensões³³⁴, e a bilha carenada da S98³³⁵. Salientamos, ainda, o copo da S21³³⁶, cuja forma corresponde a um corpo ovóide com

³²⁵ CRUZ, CORREIA 2007: 71; SILVA, LEMOS, ABREU, RIBEIRO 2012-2013: 67 e 68.

³²⁶ ALARCÃO 1974: 33.

³²⁷ SOEIRO 2010: 48.

³²⁸ Estas formas têm várias designações latinas: *Acetabulum*, *caucus*, *formella*, *gustatorium*, *panna* e *scutella*, pelo menos. ALARCÃO 1974: 34.

³²⁹ CRUZ, CORREIA 2007: 72 e 73.

³³⁰ ALARCÃO 1974: 34.

³³¹ S50 (n.º 6542).

³³² S67 (n.º 6628).

³³³ Ver ponto: 3.3.2.1.

³³⁴ S77 (n.º 4895); S80 (n.º 6699).

³³⁵ S98 (n.º 4894).

³³⁶ S21 (n.º 5568).

um aperto na zona superior, e o jarro trilobado da S67³³⁷, por apresentar um fabrico e forma diferente dos demais, caracterizada por um bojo mais largo e contracurvado, um revestimento a aguada laranja e um bocal de morfologia diferente. Todas estas características, aliadas à falta de vestígios de fuligem, indicam que este jarro trilobado terá sido utilizado numa outra função, talvez para servir à mesa tal como os jarros de bocal redondo, púcaros e bilhas.

3.2 – Conjuntos cerâmicos em contexto funerário

No mobiliário cerâmico da necrópole de Montes Novos, predominam os copos, púcaros e pratos de lume, seguidos por bilhas, jarros trilobados e jarros de bocal redondo. De um modo geral, cada enterramento dispunha de, pelo menos, um destes objetos. As formas que estão representadas em menor número correspondem a panelas, potes, garrafas³³⁸, cântaros de duas asas³³⁹ e pratos em *terra sigillata* Hispânica Tardia (TSHT).

Relativamente à utilização deste espaço funerário entre os séculos II e III d.C., com base na tabela de datação das sepulturas através dos numismas mais recentes³⁴⁰, seriam 12³⁴¹ os enterramentos que se enquadrariam neste período, correspondendo a 4 incinerações e 8 inumações. Isto, sem contarmos com o eventual período de circulação antes da imobilização destas moedas.

Entre estas sepulturas, as que apresentam material mais antigo correspondem às sepulturas 48, 81 e 85, todas de incineração. Destaca-se um púcaro³⁴² de perfil invulgar e com pé, característicos de formas mais antigas, dois copos³⁴³ de perfil mais

³³⁷ S67 (n.º 6635).

³³⁸ S29 (n.º 5604).

³³⁹ S78 (n.º 4898).

³⁴⁰ PINTO 2021: 71.

³⁴¹ S3, S6, S7, S9, S48, S64, S77, S81, S85, S100B, S105 e S112.

³⁴² S48 (n.º 6535).

³⁴³ S48 (n.º 6536) e S81 (n.º 6703).

alongado em comparação com os seus congêneres mais tardios, um prato de lume³⁴⁴ de produção antiga e com bom acabamento, um púcaro³⁴⁵ de produção alaranjada de Conimbriga, assim como duas peças com grafitos³⁴⁶.

A fase de utilização mais intensa deste espaço funerário deu-se, como mencionámos, no século IV d.C., momento marcado pela prevalência dos enterramentos de inumação. De acordo com a cronologia dada pelas moedas, que na sua maioria são do século IV d.C., os períodos com mais enterramentos associados correspondem às datas de 313-330 d.C. (15 enterramentos) e de 347-348 d.C. (30 enterramentos).

Relativamente à média do número de peças de mobiliário cerâmico por sepultura, como foi referido na primeira parte, esta é de 4 ou 5 objetos. De um total de 145 sepulturas identificadas, 12 não contêm cerâmicas. Através da análise feita, foi possível constatar que 40% das sepulturas apresentam um número de itens cerâmicos abaixo da média, 36% corresponde à média e 22% apresenta um número acima. Destes 22%, destacam-se três sepulturas com um número elevado de mobiliário cerâmico, segundo os registos conservados, sendo essas a S67 (26 objetos), a S63 (16 objetos) e a S27 (14 objetos), devendo considerar-se, no entanto, que estas sepulturas truncaram outras anteriores e, como tal, a quantidade de objetos poderá repartir-se por mais do que uma sepultura. Reitera-se, assim, que tal circunstância poderá explicar-se pela existência de sepulturas cuja abertura acaba por cortar e sobrepor-se a outras mais antigas, provocando um revolvimento de terras que, por sua vez, pode originar uma mistura dos materiais sepulcrais nelas depositados. De acordo com Gilda Correia Pinto e Ana Rita Pinto, sabe-se que a S67 é um desses casos, pois corta a S61 e a S65³⁴⁷. Contudo, mesmo sendo esta uma justificação plausível, o número de objetos por sepultura continuaria a exceder a média.

³⁴⁴ S48 (n.º 6537). Ver ponto 3.3.9 (Parte II).

³⁴⁵ S85 (n.º 6713). Ver ponto 3.3.9 (Parte II).

³⁴⁶ S81 (n.º 6702), S85 (n.º 6804),

³⁴⁷ PINTO 1996: 156-166; PINTO 2021: 45.

São 6 as sepulturas que contêm material vítreo, correspondendo às sepulturas S35, S42, S45, S76, S78 e S106. A maioria dos vidros foram depositados juntamente com cerca de 3 a 6 recipientes de cerâmica comum, nomeadamente púcaros e pratos de lume. Entre estas sepulturas, a que mais se destaca é a S78, pela quantidade e riqueza do mobiliário. Neste enterramento estão presentes 8 exemplares únicos, correspondendo ao unguentário e ao cântaro de duas asas, por sua vez acompanhados por uma prateira cuja pasta revela ser de boa qualidade. Sendo os unguentários objetos preferencialmente associados ao sexo feminino, como já referimos, estas características poderão ser indicadoras de que neste enterramento estaria sepultada uma mulher pertencente a uma classe abastada.

3.3 – Fabricos

A atribuição de distintos fabricos a cerâmicas arqueológicas pode ser feita através de uma análise macroscópica, microscópica ou química³⁴⁸, ou ainda conjugando estes métodos³⁴⁹. Embora com este trabalho não se tenha pretendido fazer um estudo exaustivo a este respeito, procedemos a uma análise macroscópica do espólio cerâmico com o auxílio de uma lupa de mão com a ampliação de 8 vezes. Foram considerados indicadores como a espessura da pasta, a superfície do objeto, a observação do cerne e as condições de cozedura. Desta análise resultaram oito fabricos e um conjunto de cinco peças, consideradas como casos únicos.

No que concerne ao mobiliário proveniente de sepulturas que não continham moedas, juntamente com as peças que não estão associadas a nenhuma sepultura, foi atribuída a cronologia generalizada da necrópole, que corresponde aos finais do século III e início do século IV d.C.

³⁴⁸ CRUZ e CORREIA 2007: 138.

³⁴⁹ TEIXEIRA e DORDIO 1998: 113-124.

3.3.1 – Fabrico 1

Este é o grupo que agrega o maior número de exemplares, correspondendo a um total de 236 e a 36% do mobiliário cerâmico. A pasta destas cerâmicas é fina, bem depurada e de fabrico cuidado, com um nível de compactação elevado e baixa porosidade. Relativamente à presença de elementos não-plásticos (e.n.p.), estes são constituídos por alguma mica e grãos de quartzo de pequeno calibre. A coloração da pasta varia entre o bege, bege rosado, bege alaranjado e castanho. Relativamente às superfícies exteriores, estas variam entre alisadas e rugosas, e algumas apresentam vestígios de revestimento por aguada laranja ou laranja acastanhada.

3.3.1.1 – Fabrico 1B

Este subgrupo engloba todas as peças do fabrico 1 que apresentam pintura, correspondendo a um total de 15 exemplares. Neste conjunto, é possível observar superfícies exteriores alisadas, ou alisadas no bojo e espatuladas no colo e no ombro, assim como revestimentos a aguada de coloração bege amarelada, laranja e castanha avermelhada.

Estas peças, de produção fina e alisada, nomeadamente púcaros, bilhas, jarros de bocal redondo e copos, são as que apresentam um maior número de recipientes com decoração pintada, dado que não estariam destinadas ao lume, o investimento que não se coaduna com essa funcionalidade, que afetaria o acabamento de forma irremediável³⁵⁰.

Nas produções da época baixo-imperial é visível uma grande homogeneidade morfológica e decorativa³⁵¹. A representação de faixas alaranjadas e avermelhadas, juntamente com o uso do branco na pintura, são características que se podem observar na cerâmica comum tardia, inclusive no mobiliário de Montes Novos. Nesta necrópole, a representação de duas faixas alaranjadas com o espaço entre ambas pintado a branco

³⁵⁰ SOEIRO 2009-2010: 49.

³⁵¹ LOBATO 1995: 69.

constitui o tipo de pintura mais comum, como se pode observar no copo da S33 (n.º 4893). Em alguns casos, a faixa branca encontra-se pontilhada a laranja³⁵².

Também é possível observar um gargalo decorado com linhas concêntricas de coloração laranja na bilha da S96 (n.º 6819), o colo decorado com uma ténue faixa concêntrica pintada a aguada laranja no jarro sem asa da S89 (n.º 6801) e a aguada vermelha no copo da S60 (n.º 6579), e ainda faixas pintadas a aguada vermelha ou castanha avermelhada com uma a branco no seu meio, no caso dos púcaros da S64 (n.º 6614) e da S106 (n.º 6877), assim como da bilha da S115 (n.º 6909), que também apresenta um pontilhado nas duas faixas inferiores. A branca está decorada com pintas avermelhadas, e a avermelhada com pintas brancas.

3.3.2 – Fabrico 2

Este grupo, apesar de bastante semelhante ao fabrico 1, apresenta alguns aspetos distintos. A pasta é fina, arenosa e bem depurada em alguns exemplares. Apresenta uma maior quantidade de mica em relação ao grupo anterior, com a presença de grãos de quartzo de pequeno calibre. A sua coloração varia entre o bege, bege rosado, bege acastanhado, bege acinzentado, laranja³⁵³ e castanho alaranjado. As superfícies variam entre alisadas e rugosas, à semelhança do grupo anterior, sendo que algumas peças apresentam uma superfície exterior alisada e espatulada. Alguns recipientes têm vestígios de revestimento por aguada laranja, laranja avermelhada e laranja acastanhada.

3.3.2.1 – Fabrico 2B

Este subgrupo corresponde ao único exemplar de fabrico 2 que apresenta pintura, uma bilha pertencente à S110 (n.º 6888).

³⁵² Exemplos: Púcaro (S110, n.º 6890); Bilha (S96, n.º 6819); Bilha (S77, n.º 4895).

³⁵³ Fabrico alaranjado de Conimbriga. (ALARCÃO 1974).

A superfície exterior é alisada e revestida a aguada laranja, o bojo decorado com duas faixas pintadas a aguada castanha, com uma branca entre elas, e o ombro apresenta uma pincelada a aguada branca.

3.3.3 – Fabrico 3

Este grupo caracteriza-se por cerâmicas de pasta de boa cozedura, compacta e bem depurada, mais grossa e pesada em relação às dos fabricos anteriores. Relativamente à presença de e.n.p., apresenta uma grande quantidade de mica e alguns grãos de quartzo de pequeno calibre. A sua coloração varia entre o castanho, castanho alaranjado e laranja avermelhado. A superfície exterior é alisada e alguns exemplares apresentam vestígios de revestimento por aguada laranja e castanha.

3.3.3.1 – Fabrico 3B

Este subgrupo é constituído pelo único exemplar de fabrico 3 que apresenta pintura, uma bilha de duas asas pertencente à S118 (n.º 4896). Trata-se da peça decorada que mais se destaca entre o mobiliário funerário, pela pintura que apresenta nas várias faces, composta por dois motivos. O primeiro consiste em três faixas circulares, as das extremidades pintadas a branco e a do meio com uma aguada laranja acastanhada com pintas brancas. Este motivo está presente em duas faces, e poderá ser interpretado como a representação de um olho. O segundo motivo é a representação de solípedes a branco, três na lateral esquerda e dois na lateral direita.

O aparecimento de peças singulares como esta tem sempre um propósito, sendo que esta bilha poderá estar associada ao defunto ou os seus motivos decorativos poderão pretender contar uma história. Gilda Correia Pinto menciona, na sua dissertação de mestrado, que poderá corresponder a um objeto ao qual o defunto

estaria particularmente ligado, constituindo então numa homenagem prestada pelos seus familiares³⁵⁴.

3.3.4 – Fabrico 4

Este conjunto é composto por pastas arenosas e porosas, com a presença de mica, feldspato e grãos de quartzo de pequeno e médio calibre enquanto e.n.p. A tonalidade da pasta é bege. As superfícies são alisadas, e algumas apresentam vestígios de revestimento por aguada castanha e castanha alaranjada.

3.3.4.1 – Fabrico 4B

Este subgrupo é composto por duas taças e duas tigelas, que apresentam pintura na superfície interna e, a maioria, no bordo.

Todos estes objetos apresentam, no interior, duas faixas concêntricas pintadas a aguada laranja acastanhada ou castanha no seu interior, com destaque para a tigela (n.º 7870), onde se observa uma pintura com linhas onduladas no meio das faixas, e para a taça (n.º 7509), que tem uma faixa pintada a aguada branca no meio das duas e com as mesmas linhas onduladas da tigela anterior.

Relativamente à decoração dos bordos, a tigela (n.º 7870) apresenta uma linha ondulada igual à que está pintada no seu interior, a tigela (n.º 6577) duas linhas concêntricas, também à semelhança do que está representado no seu interior, e na taça (n.º 7509) observa-se o bordo decorado com pequenos pontos castanhos.

³⁵⁴ PINTO 1996: 294.

3.3.5 – Fabrico 5

Este conjunto é caracterizado por peças de pastas arenosas e grosseiras, nomeadamente prateiras e taças, cuja coloração e qualidade são variáveis. Por esta razão, optou-se por dividir este grupo em Fabrico 5A e Fabrico 5B.

3.3.5.1 – Fabrico 5A

Este conjunto é composto por exemplares de pasta arenosa e grosseira, de fabrico cuidado. A sua coloração varia entre o bege rosado, castanho alaranjado e castanho avermelhado. De e.n.p., constatou-se a presença de mica e uma grande quantidade de grãos de quartzo de pequeno e médio calibres. As superfícies são alisadas e revestidas na sua maioria com um engobe vermelho, sendo este um elemento caracterizador deste conjunto. Uma grande quantidade apresenta vestígios de revestimento por aguada vermelha e laranja avermelha.

3.3.5.2 – Fabrico 5B

Este conjunto caracteriza-se por cerâmicas de pasta ligeiramente mais grosseira, arenosa e de fabrico menos cuidado em comparação às do Fabrico 5A. A sua coloração varia entre o castanho, bege acinzentado e bege acastanhado. Relativamente a desengordurantes, este conjunto apresenta grãos de quartzo de médio calibre e uma quantidade elevada de mica. Alguns têm as superfícies alisadas³⁵⁵ e vestígios de revestimento a aguada castanha alaranjada³⁵⁶ e avermelhada³⁵⁷. Algumas peças apresentam vestígios de fuligem tanto no interior ou no exterior, ou em ambos.

³⁵⁵ Exemplo: Taça (n.º 7470).

³⁵⁶ Exemplo: Prateira (n.º 6825).

³⁵⁷ Exemplos: Taças (n.º 5570) e (n.º 7470).

3.3.6 – Fabrico 6

Este grupo é composto por cerâmicas de pasta arenosa grosseira, com uma possível textura friável e um nível de porosidade bastante acentuado. A tonalidade cinza das superfícies aponta para o seu uso junto ou sobre o fogo, sendo que a composição destas pastas necessitava de ser grosseira e resistente o suficiente, tendo em conta a sua função³⁵⁸. Contudo, é possível observar a coloração da pasta na zona de fratura. Esta varia entre o bege, bege acastanhado, bege acinzentado e castanho. De elementos não-plásticos, conta com a presença de feldspato, mica e grãos de quartzo de pequeno a médio calibre. As superfícies são alisadas e algumas espatuladas na totalidade ou em partes específicas³⁵⁹. Em algumas peças, é possível observar vestígios de revestimento a aguada laranja³⁶⁰, laranja acastanhada³⁶¹ e castanha³⁶². Todas as peças apresentam uma elevada quantidade de vestígios de fuligem, por se tratar de objetos cuja principal função seria cozinhar ou aquecer líquidos ao lume.

3.3.7 – Fabrico 7

Este conjunto é composto por cerâmicas de pasta arenosa e grosseira, cujas características são semelhantes às do fabrico anterior. A diferença está na tonalidade da pasta, que no caso destas produções é de tonalidade cinzenta. Tal circunstância poderá ter várias explicações, como este tipo de pasta ser pobre em óxidos de ferro, bastante rico em matéria orgânica e insuficientemente cozida, ou ter sido cozido em ambiente redutor³⁶³. No que concerne à presença de desengordurantes, esta pasta apresenta alguma mica e grãos de quartzo de pequeno a médio calibre. A superfície exterior é alisada, e em alguns casos foi possível constatar a presença de vestígios de revestimento

³⁵⁸ LOBATO 1995: 5; SOEIRO 2009-2010: 50.

³⁵⁹ Exemplos: Jarros trilobados (n.º 6543) e (n.º 6857), púcaro (n.º 6198) e jarro de bocal redondo (n.º 6955).

³⁶⁰ Exemplos: Púcaro (n.º 6198) e jarro trilobado (n.º 7499).

³⁶¹ Exemplo: Jarro de bocal redondo (n.º 6955).

³⁶² Exemplo: Jarro de bocal Redondo (n.º 6939).

³⁶³ ALARCÃO 1974: 27.

a aguada castanha³⁶⁴ e castanha alaranjada³⁶⁵. Apresentam uma quantidade média de vestígios de fuligem tanto no interior como no exterior, mais presente nos pratos de lume.

3.3.8 – Fabrico 8

Este conjunto é composto por cinco exemplares de cerâmica cinzenta fina, cujas formas correspondem a um potinho (n.º 7868), dois pucarinhos (n.º 6632 e 7472), a um pucarinho ou copo (n.º 7820), e a um pucarinho ou potinho de duas asas (n.º 7051). Relativamente aos dois últimos exemplares, não foi possível confirmar a morfologia por não restarem fragmentos suficientes.

Este fabrico caracteriza-se pela sua pasta fina e depurada, de coloração castanha alaranjada ou esbranquiçada. A superfície exterior é alisada e também brunida, no caso do potinho (n.º 7868), que corresponde ao exemplar mais completo de Montes Novos, e a tonalidade varia entre o acastanhado e acinzentado, provocada pelas condições da cozedura de cada peça.

Relativamente à sua cronologia, todos estes exemplares de cerâmica cinzenta fina remontam à época alto-imperial, sendo que apesar de alguns terem sido encontrados a um nível superficial no interior das sepulturas, provavelmente não faziam parte do espólio sepulcral que acompanhou o morto, tendo sido um possível resultado do remeximento de terras para novos enterramentos e provável destruição de sepulturas mais antigas³⁶⁶. Ambas as formas dos pucarinhos correspondem ao período flávio, enquadrado cronologicamente na segunda metade do século I d.C.

Esta é uma tipologia de cerâmica romana que está presente em quase todos os museus do Noroeste de Portugal, sendo que as notícias sobre a sua descoberta chegaram a ser constantes³⁶⁷.

³⁶⁴ Exemplo: Tigela (n.º 6981).

³⁶⁵ Exemplo: Copo (n.º 6696).

³⁶⁶ PINTO 1996: 286.

³⁶⁷ SOEIRO 1981: 1.

3.3.9 – Casos especiais

As peças que se seguem foram inseridas neste conjunto de casos especiais por apresentarem características de produção únicas e diferentes de todos os fabricos que abordámos antes.

Na tipologia dos pratos de lume, existem três³⁶⁸ que se destacam dos restantes por apresentarem características de produções mais antigas e bom acabamento, com pastas pesadas, paredes espessas e perfis curvilíneos, superfície interior alisada e muitos vestígios de fuligem no exterior³⁶⁹. A S48 de facto corresponde a um dos enterramentos mais antigos deste sítio. Porém, no que concerne às restantes, a S118 está associada ao Baixo Império, e na S140 não foram encontrados numismas³⁷⁰. Nestes casos, podemos interpretar a presença do prato de lume como um objeto que poderá ter passado de geração em geração, por apresentar características mais antigas do que o restante conjunto da sepultura.

O mobiliário de Montes Novos conta com apenas um exemplar de *terra sigillata* Hispânica Tardia (TSHT), na forma 15/17³⁷¹, que corresponde ao prato da sepultura 53³⁷². Esta é uma forma de *terra sigillata* bastante difundida e que apenas começou a ser replicada com as suas variantes tardias³⁷³. O auge de produção das *sigillatas* hispânicas deu-se no último quartel do século I d.C., tendo entrado numa aparente decadência dois séculos depois. Contudo, a produção retorna ao auge entre os séculos IV e VI d.C., com o aparecimento da *terra sigillata* Hispânica Tardia (TSHT)³⁷⁴.

Como foi referido³⁷⁵, em Montes Novos apareceu um só exemplar de lucerna³⁷⁶, o que poderá estar relacionado com o decréscimo do uso deste tipo de objeto em contextos funerários, a partir do século II d.C. O seu estado de conservação não permitiu

³⁶⁸ S48 (n.º 6537); S118 (n.º 6924); S140 (n.º 6972).

³⁶⁹ SOEIRO 2009-2010: 35.

³⁷⁰ PINTO 2021: 71, 122.

³⁷¹ PAZ PERALTA 2008: 515 (Figura 7.1). Ver ponto 3.5 (Parte II).

³⁷² S53 (n.º 6549).

³⁷³ SOEIRO 2009-2010: 37.

³⁷⁴ MORAIS 2020: 516.

³⁷⁵ Ver ponto 3.4 (Parte I).

³⁷⁶ Sem sep. (n.º 7608). ESTEVES 2016.

determinar a série e tipologia à qual pertence, dado que só restaram fragmentos correspondentes à parede do *infundibulum*, fundo e orla. Relativamente à produção, esta caracteriza-se pela pasta fina e depurada, de coloração cinzenta, com a superfície interior revestida a aguada castanha e uma quantidade elevada de vestígios de fuligem no seu exterior. A sua região de produção foi *Bracara Augusta*, e encontra-se enquadrada, cronologicamente, nos finais do século I e primeira metade do século II d.C.³⁷⁷.

O mobiliário cerâmico de Montes Novos conta, ainda, com a presença de dois exemplares³⁷⁸ da produção alaranjada de Conimbriga, que apresenta uma pasta fina e de coloração alaranjada, como o próprio nome indica, e superfícies alisadas. A fase principal da sua produção poderá situar-se cronologicamente entre os meados do século I e século III d.C.³⁷⁹.

3.4 – Paralelos e imitações

Ao longo deste estudo, foi possível verificar a presença de imitações de formas de cerâmicas de importação, assim como estabelecer paralelos com formas e decorações de produção local e regional, que já foram alvo de sistematização e publicação em diversas obras de âmbito geral/nacional. Também pudemos confrontar o mobiliário do sítio de Montes Novos com outras peças de produção comum, provenientes de necrópoles romanas identificadas em Penafiel.

Relativamente às imitações de tipologias importadas, as taças das sepulturas 7, 21, 75 e 116 seguem a forma 8³⁸⁰. Entre as tigelas, cinco exemplares³⁸¹ imitam a forma

³⁷⁷ ESTEVES 2016: 727.

³⁷⁸ S27 (n.º 5591-7529); S85 (n.º 6713).

³⁷⁹ ALARCÃO 1974: 94.

³⁸⁰ RITTERLING 1913.

³⁸¹ S34 (n.º 6195); S59 (n.º 6577); sem sep. (n.º 7606); sem sep. (n.º 7870) (5.2); sem sep. (n.º 7510) (6.3). PAZ PERALTA 2008: 515.

Hisp. 35, e dois³⁸² a forma da *Hisp.* 15/17³⁸³. Na tipologia das prateiras, três exemplares³⁸⁴ associam-se à forma da variante africana 61A³⁸⁵.

Em relação às cerâmicas de produção local de *Bracara Augusta*, são vários os exemplares com paralelos nas formas e/ou na decoração pintada, nomeadamente uma bilha³⁸⁶, um pucarinho³⁸⁷ e duas tigelas³⁸⁸. Entre as pintadas, a analogia verifica-se, em particular, numa taça e uma tigela com pinturas nos bordos, sendo que todos estes exemplares estão enquadrados nas produções do Prado³⁸⁹, caracterizadas por uma maior diversidade de formas e pela sua alargada cronologia, que se situa entre os finais do século I a.C. e finais do século IV/início do século V d.C.³⁹⁰.

Ainda dentro das cerâmicas locais e regionais, mas agora da Lusitânia, registaram-se fragmentos de duas formas da produção alaranjada fina de Conimbriga³⁹¹. Trata-se dos púcaros identificados com o número 6713 e 5591-7529. Sobressai, ainda, a decoração do bordo de uma tigela (n.º 7870), muito semelhante à de um alguidar encontrado em São Cucufate (Vidigueira)³⁹².

De modo geral, a cerâmica comum romana aqui estudada é a que também mais se repete nas necrópoles inventariadas no município. No entanto, pela singularidade da sua morfologia, alguns paralelos merecem destaque. Entre eles, a forma da bilha da sepultura 98 (n.º 4894)³⁹³ e da bilha (n.º 3213)³⁹⁴, que se assemelha à da sepultura 22 de Monteiras. Já o tipo de produção observada no prato de lume da S117 de Montes

³⁸² S65 (n.º 6618); IPPAR-DRN/n.º5C. Esta segunda peça faz parte do conjunto que estava acondicionado em dependências do atual Património Cultural IP, que hoje corresponde ao antigo IPPAR, cuja referência e n.º do saco mantiveram-se como indicadores de inventário. Neste caso, os fragmentos encontram-se no saco n.º 5, juntamente com outros pertencentes a dois copos ou pucarinhos, associados à sepultura 6 *do caminho*, e sem número de posição atribuído.

³⁸³ PAZ PERALTA 2008: 515. (7.1).

³⁸⁴ S21 (n.º 6704); S62 (n.º 6596); S106 (n.º 6876).

³⁸⁵ HAYES 1972: 102.

³⁸⁶ DELGADO, MORAIS 2009: 72 e 73; estampa n.º 208: n.º 4896, da S118.

³⁸⁷ DELGADO, MORAIS 2009: 68 e 69; estampa n.º 203: n.º 6632, da S67.

³⁸⁸ DELGADO, MORAIS 2009: 40 e 41; estampa n.º 116: n.º 7474 e 10507, sem sepultura atribuída.

³⁸⁹ DELGADO, MORAIS 2009: 40 e 41; estampas n.º 109 e 110: n.º 7609; estampa n.º 113: n.º 6577.

³⁹⁰ DELGADO, MORAIS 2009: 37.

³⁹¹ ALARCÃO 1974: forma 570 e 576, respetivamente.

³⁹² PEREIRA, MONTEIRO 2011: 29.

³⁹³ SOEIRO 2009-2010: 90 e 91: n.º 8100 da S9.

³⁹⁴ SOEIRO 2009-2010: 108 e 109: n.º 8165.

Novos (n.º 6924), vamos encontrá-la na mesma forma da sepultura 41 daquela necrópole³⁹⁵. E outros exemplos poderiam ser enumerados³⁹⁶.

Relativamente às pinturas, os motivos decorativos de Montes Novos revelam-se, em geral, semelhantes aos de Monteiras (Bustelo), com uma elevada frequência de representação de faixas paralelas em tom vermelho-acastanhado e brancas. Contudo, destacamos as semelhanças das pinturas observadas em três exemplares³⁹⁷ com a do copo da sepultura 92 (n.º 8597) de Monteiras³⁹⁸, uma vez que apresentam exatamente o mesmo padrão decorativo.

3.5 – Grafitos e marcas de oleiro

No que concerne aos grafitos, estes consistem em pequenas inscrições, alfabéticas ou não, gravadas nos recipientes. Eram um meio de expressão, nomeadamente, de marcas de produção e de posse, podendo variar entre o nome do oleiro, do proprietário da peça e ainda, nos casos em que o objeto passaria a exercer uma função enquanto bem funerário, do defunto a quem estaria destinado³⁹⁹. De acordo com Carlos Alberto Ferreira de Almeida, estes vestígios surgem em abundância nas cerâmicas provenientes de sítios romanos no Norte de Portugal, e poderão ser indícios de que estes recipientes andavam de mão em mão⁴⁰⁰, caso contrário não haveria a necessidade de identificar a peça, ou que seriam marcados antes da sua deposição na sepultura.

³⁹⁵ SOEIRO 2009-2010: 144 e 145: n.º 8282.

³⁹⁶ A bilha da S80 (n.º 6699) apresenta semelhanças com uma da necrópole galaico-romana de Laboriz. A garrafa da S29 de Montes Novos (n.º 5604) encontra paralelo noutra proveniente do Castro de Monte Mozinho (n.º 3013), e o pucarinho (n.º 7472) de Montes Novos, somente na forma, por ser de uma produção diferente, com um potinho (n.º 5956), também de Monte Mozinho. Por fim, o copo (n.º 7868) apresenta semelhanças com um potinho de Canelas (n.º 2877).

³⁹⁷ S77 (n.º 4895); S96 (n.º 6819); S110 (n.º 6890).

³⁹⁸ SOEIRO 2009-2010: 214 e 215.

³⁹⁹ FORTES 1908: 26; ALMEIDA 1974: 50; CRUZ, CORREIA 2007: 75.

⁴⁰⁰ ALMEIDA 1974: 50.

No mobiliário cerâmico da necrópole de Montes Novos contabiliza-se um total de 16 peças que apresentam grafitos (Tabela 2)⁴⁰¹, variando entre inscrições alfabéticas e não alfabéticas.

Entre as inscrições, o jarro da S73⁴⁰² exibe um grafito na parte superior do bojo, cuja leitura identifica o nome, de origem grega, “ZOSVMI”, aparentemente um genitivo de posse. No copo da S67⁴⁰³, pouco abaixo do seu bordo, está presente o grafito “RFERF” ou “RFERA”, de desdobramento ambíguo. O jarro da S44⁴⁰⁴ tem um grafito alfabético inciso entre o colo e o ombro, que poderá corresponder à letra “E” invertida. Ainda na zona do colo, o copo da S119⁴⁰⁵ tem gravado um grafito no qual se pode ler “SV” (Fig. 9 e 10)⁴⁰⁶. A inscrição presente no exterior do fundo do copo da S85⁴⁰⁷ também poderá representar a letra “E”. O jarro trilobado da S43⁴⁰⁸ apresenta uma possível inscrição alfabética na base da asa. Uma bilha (n.º 3213) apresenta o grafito de maiores dimensões encontrado neste mobiliário, pois circunda toda a área do colo. A transcrição parece ser “CIUTINIF MITANCAS”, expressão de difícil desdobramento e interpretação.

Quanto aos grafitos não alfabéticos, os mais comuns são os cruciformes, representados no exterior do fundo dos copos da S40, S94 e S130⁴⁰⁹ e jarros da S63, S136 e S141⁴¹⁰. Também estão presentes em vasos de várias formas de outras necrópoles. A título de exemplo, foram registados no pratel de lume da sepultura 2 de Monteiras (n.º 8045)⁴¹¹, assim como num dos púcaros da necrópole galaico-romana de Laboriz⁴¹².

⁴⁰¹ Ver: Anexos (Parte II).

⁴⁰² S73 (n.º 6658).

⁴⁰³ S67 (n.º 6629).

⁴⁰⁴ S44 (n.º 6519).

⁴⁰⁵ S119 (n.º 6926).

⁴⁰⁶ Ver: Anexos (Parte III)

⁴⁰⁷ S85 (n.º 6804).

⁴⁰⁸ S43 (n.º 6514).

⁴⁰⁹ S40 (n.º 6217); S94 (n.º 6815); S130 (n.º 6947).

⁴¹⁰ S63 (n.º 6598); S136 (n.º 6960); S141 (n.º 6947).

⁴¹¹ SOEIRO 2009-2010: 76 e 77.

⁴¹² AMARAL 1988-1989: 117 (Est. III, 3).

Igualmente localizados no exterior do fundo estão os grafitos do jarro da S43⁴¹³, na forma de várias linhas incisais⁴¹⁴, e os do jarro da S37⁴¹⁵, duas suásticas incisais, ambas quase impercetíveis, acima de uma terceira inscrição que se encontra quase ilegível, mas poderá ser alfabética. O jarro da S81⁴¹⁶ apresenta um grafito não alfabético no colo e o prato de lume da S85⁴¹⁷, no fundo interior, que poderá tratar-se de uma representação zoomórfica.

As marcas de oleiro encontram-se sobretudo em cerâmicas de importação. Eram realizadas através de punção, embora também fossem produzidas num molde no qual a marca estava incluída, transferindo-se deste modo para a própria peça no decurso da sua produção⁴¹⁸. O espólio cerâmico de Montes Novos conta apenas com duas peças que ostentam marcas de fabrico, correspondendo ao único exemplar de *terra sigillata* Hispânica Tardia (TSHT) 15/17⁴¹⁹, como vimos anteriormente, e a uma lucerna de reduzidas dimensões⁴²⁰.

No interior do fundo do prato de TSHT, é possível ler “EX [...] M”, sendo que a falta de letras não permite identificar o nome do oleiro ou oficina. Relativamente à lucerna, o exterior do seu fundo apresenta a inscrição fracionada (L)VCRE/TI), da oficina de Lucreti(us), gravada em alto relevo e rodeada por três molduras concêntricas igualmente relevadas⁴²¹.

⁴¹³ S43 (n.º 6515).

⁴¹⁴ Poderão, talvez, corresponder a numeração romana.

⁴¹⁵ S37 (n.º 6204).

⁴¹⁶ S81 (n.º 6702).

⁴¹⁷ S85 (n.º 6714).

⁴¹⁸ CRUZ, CORREIA 2007: 74.

⁴¹⁹ S53 (n.º 6549).

⁴²⁰ Sem sep. (n.º 7608).

⁴²¹ ESTEVES 2016: 727.

3.6 – Outros aspetos: orifícios e defeitos na cozedura

Neste final da análise crono-tipológica do mobiliário cerâmico da necrópole de Montes Novos, pretendemos abordar outros detalhes que se podem observar nos objetos.

Relativamente aos pequenos orifícios observados nas paredes das formas fechadas (Fig. 11)⁴²², estes surgem no âmbito de outra prática funerária, através da qual alguns recipientes eram intencionalmente quebrados, normalmente na zona dos bordos ou nas asas, o que poderia ter como simbolismo a passagem do objeto para um universo subterrâneo, em contraste com os conjuntos de louça que permaneciam intactos e completos no “mundo dos vivos”. Tratava-se de um meio de simbolizar a morte, pelo qual o ciclo de renovação dos objetos quebrados fazia alusão ao ciclo da vida, em que uns morrem e outros nascem⁴²³. As perfurações poderão estar associadas à ideia de “matar o vaso”, como afirma Cristina Braga⁴²⁴. De acordo com a autora, estes orifícios poderão ter sido feitos com um objeto firme e delgado, como por exemplo um prego, que não provocaria qualquer outro tipo de dano no objeto. Contudo, é possível encontrar casos em que o uso de objetos menos adequados para a abertura do orifício acabou por provocar fissuras na parede⁴²⁵.

Do material cerâmico de Montes Novos, contam-se 27 peças com a presença de orifícios intencionais, feitos depois do vaso estar cozido, que variam em número (entre um e três) e diâmetro (0,5 e 3cm), e estão maioritariamente localizados no bojo.

Incluímos neste apartado, como casos de exceção, os objetos que apresentam defeitos de fabrico (Fig. 12)⁴²⁶, os quais se podem traduzir em deformações provocadas no decurso da cozedura, correspondendo a um total de 10 exemplares, assim como em peças que apresentam partes excessivamente queimadas (9 exemplares), situação

⁴²² Ver: Anexos (Parte III).

⁴²³ BRAGA 2018: 400 e 401.

⁴²⁴ BRAGA 2010: 86.

⁴²⁵ BRAGA 2018: 393.

⁴²⁶ Ver: Anexos (Parte III).

também ocorrida durante a cozedura, já que, por norma, não eram usadas para cozinhar no lume.

Considerações finais

O ramo da Arqueologia da Morte corresponde a uma temática vasta e de grande interesse para o conhecimento da vida humana e dos seus hábitos e vivências, sobre a qual, felizmente, se tem verificado um aumento de trabalhos de investigação, em particular a partir das décadas de 1980 e 1990. Graças a estes estudos, e para o período cronológico aqui tratado, é possível obter informação não só acerca da forma como os romanos encaravam a morte, bem como sobre todas as crenças e os rituais funerários que praticavam, e até o mesmo do modo de vida da população sepultada num determinado espaço destinado à última morada dos entes queridos de uma comunidade.

Na necrópole de Montes Novos destaca-se, como vimos, a coexistência de ambos os rituais de enterramento. Difere das suas congéneres pelo carácter peculiar das evidências arqueológicas, algumas das quais ainda deixam respostas pendentes, nomeadamente no que diz respeito à surpreendente quantidade de moedas recolhidas, ou pelos exemplos de sepulturas que apresentam uma desmesurada quantidade de mobiliário funerário.

Os vestígios recolhidos apontam para uma população de carácter rural. Tanto as sepulturas como o mobiliário funerário revelam uma certa simplicidade, sem grandes evidências de distinção social, embora algumas sepulturas se destaquem pela diferenciação do mobiliário, o que poderá estar associado a elementos de classes mais abastadas. Tendo em conta a utilização prolongada deste espaço, no qual mais de 130 sepulturas foram distribuídas ao longo de apenas um século, a esta necrópole poderá corresponder uma aldeia de certa dimensão localizada nas imediações, na qual, de acordo com Gilda Correia Pinto, teriam habitado cerca de uma centena de pessoas⁴²⁷. Contudo, consideramos que são valores difíceis de quantificar com precisão.

No estudo dos materiais habitualmente contidos nas sepulturas romanas, as cerâmicas permitem-nos obter informações bastante significativas, como foi referido e

⁴²⁷ PINTO 1998: 192.

exemplificado ao longo do texto. Neste aspeto, no mobiliário funerário de Montes Novos, a cerâmica apresenta um carácter predominante, sendo também o maior acervo arqueológico recolhido neste tipo de contexto depositado no Museu Municipal de Penafiel. Com este trabalho procurámos, também, dar ênfase à importância da análise da cerâmica comum, que embora não seja muito variada, e apesar de não fornecer dados tão precisos quanto uma moeda ou uma *terra sigillata*, por exemplo, não deixa de ser um importante meio para a obtenção de informação acerca das práticas e costumes de uma população.

Com este contributo, pretendemos também reforçar a importância que o desenho técnico tem para a Arqueologia. Ao longo deste trabalho, o desenho de materiais arqueológicos revelou ser uma ferramenta extremamente útil, tendo sido várias as vezes em que recorremos aos desenhos com o objetivo de melhorar a perceção e a interpretação de detalhes, como por exemplo, dos grafitos e das próprias formas dos objetos, para o estabelecimento de paralelos. Sem este recurso, também não seria possível reconstituir as formas de diversos recipientes que se encontravam bastante fragmentados, alguns dos quais, até ao momento, exemplares únicos nesta necrópole e, por esta razão, de importância elevada para o presente estudo.

Do mundo funerário romano, para além de todos os vestígios que se conservaram no tempo e de todos aqueles que ainda estão por exumar, chegaram até nós, através das fontes clássicas, relevantes contributos culturais a ter perante esta temática, das quais destacamos a importância da memória, sendo que uma pessoa só acaba por morrer “verdadeiramente” quando deixar de existir o último meio de a recordar.

Esperamos que este estudo possa ter contribuído para um melhor conhecimento sobre o mundo das necrópoles no atual território português e, em particular, na bacia do Douro. Várias são, todavia, as questões que permanecem e que necessitam de novas pesquisas, e que futuros estudos de outras necrópoles possam trazer outras abordagens e interrogações.

Referências Bibliográficas

ABASCAL PALAZÓN, Juan M. (1991) – La muerte en Roma: fuentes, legislación y evidencias arqueológicas (1). In: VAQUERIZO GIL, Desiderio (coord.) – *Seminario Arqueología de la muerte: metodología y perspectivas actuales. Fuenteobejuna 1990*, Córdoba: Diputación Provincial, p. 205-254.

ABREU, João M. F. (2002) – *Necrópoles romanas no território português*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALARCAO, Jorge de (1974) – *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*. Tese de doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ALMEIDA, Artur Jorge (1988) – A necrópole da Forca (Maia). In: *Actas do Colóquio Manuel de Boaventura – 1985. Vol. 2 – Arqueologia*. Esposende: Casa da Cultura, p. 113-151.

ALMEIDA, Carlos A. F. (1974) – *Escavações no Monte Mozinho (1974)*. Penafiel: Centro Cultural Penafidelis.

ALMEIDA, Carlos A. F. (1973-1974) – Necrópole galaico-romana de Vila de Conde. *Revista da Faculdade de Letras: História*, série I, vol. 04/05. Porto, p. 209-222.

ALMEIDA, João P. L. (2009) – *A necrópole romana da Caldeira, Troia de Setúbal: escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX*. Dissertação de mestrado em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

AMARAL, Adriana M. G. J. (1988-1989) – Necrópole galaico-romana de Laboriz (Amarante). *Portugalia*, Nova Série, Vol. 09-10. Porto, p. 111-114.

AREZES, Andreia (2017) – *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Porto: CITCEM; Edições Afrontamento.

ARRUDA, Ana M; SOUSA, Elisa; LOURENÇO, Pedro (2010) – A necrópole romana de Monte Molião (Lagos). *Xelb*, 10 (Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve). Silves, p. 267-284.

BRAGA, Cristina M. V. B (2010) – *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo da necrópole da Via XVII*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho.

BRAGA, Cristina M. V. B. (2015a) – Entre a vida e morte: rituais funerários e espaços sepulcrais em *Bracara Augusta*. In: SILVA, Gilvan; LEITE, Léni; SILVA, Érica; NETO, Belchior (org.) – *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*. Vitória, ES: GM Editora, p. 124-139.

BRAGA, Cristina M. V. B. (2015b) – Os contextos tardo-antigos do novo núcleo de necrópole da Via XVII em Braga. In: BRANCO, Gertrudes; ROCHA, Leonor; DUARTE, Cidália; OLIVEIRA, Jorge; BUENO RAMÍREZ, Primitiva (eds.) – *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário – Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição*. Évora: Chaia/UE, p. 366-381.

BRAGA, Cristina M. V. B. (2018) – *Morte, memória e identidade. Uma análise das práticas funerárias de Bracara Augusta*. Tese de doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho. Volume I – Texto.

CARRILHO, Fernanda [2008] – *A Lei das XII Tábuas*. S.l.: Almedina, s.d. [D.L. 2008].

CARROLL, Maureen (2006) – *Spirits of the Dead: Roman Funerary Commemoration in Western Europe*. Oxford; New York: Oxford University Press.

CARVALHO, Teresa Pires de (2008) – As necrópoles de Monte Mozinho: resultados preliminares. *Oppidum* (Número especial). Lousada, p. 83-113.

CASTRO, Ana S; SEBASTIAN, Luís (2003) – A componente de desenho cerâmico na intervenção arqueológica no Mosteiro S. João de Tarouca. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 6 (2). Lisboa, p. 545-560.

COOKE, Nicholas (1998) – *The definition and interpretation of Late Roman burial rites in the Western Empire*. London: University of College London (Institute of Archaeology). PhD Thesis.

SEVILLA CONDE, Alberto (2014) – *Funus Hispaniense. Espacios, usos y costumbres funerarias en la Hispania Romana*. Oxford: BAR International series 2610 (Digital Collection). <https://doi.org/10.30861/9781407312415>

CRUZ, Maria; CORREIA, Virgílio H. (2007) – *Cerâmica Utilitária*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.

DELGADO, Manuela; MORAIS, Rui (2009) – *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. Braga: CITCEM.

DIAS, Geraldo J. A. C. (2007) – “Memórias de Bustelo” de Fr. António da Assunção Meireles e síntese histórica do Mosteiro de Bustelo. In: MEIRELES, António d’Assunção – *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo*. Penafiel: Museu Municipal, p. 7-31.

ESTEVES, Andreia F. C. (2016) – *Contributo para o estudo das lucernas romanas de produção local/regional no Norte de Portugal*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar; LAÇO, Teresa; MELRO, Samuel; RAMOS, Ana C. (1998) – Necrópole romana do Monte Novo do Castelinho (Almodôvar). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 1 (1). Lisboa, p. 199-220.

FORTES, José (1908) – *A necrópole de Gulpilhares*. S. I. Relatório datilog. [Transcrição do manuscrito original conservado na Biblioteca Municipal de V. N. Gaia].

GRIMAL, Pierre (s.d.) – *A vida em Roma na Antiguidade*. Mem Martins: Europa-América [ed. orig. 1981].

HAYES, John W. (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.

HELENO, Manuel (1962) – A “villa” lusitano-romana de Torre de Palma (Monforte). *O Arqueólogo Português*, 2ª série, 4. Lisboa, p. 313-338, il.

ISINGS, Clasina (1957) - Roman glass from dated finds. Groningen/Djakarta: J. B. Wolters.

- LIMA, Luís C. F. (2007) – *O desenho como substituto do objecto. Descrição científica nas imagens do desenho de materiais arqueológicos*. Dissertação de mestrado em Prática e Teoria do Desenho apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto.
- LOBATO, Maria J. F. (1995) – A Necrópole Romana de Gulpilhares (Vila Nova de Gaia). *Portugalia*, Nova Série, 16. Porto, p. 31-72.
- MACEDO, José André (2017) – *Contributo para o estudo dos materiais arqueológicos da necrópole do Monte Sameiro (Valadares, Vila Nova de Gaia)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Universidade do Porto.
- MACEDO, José André (2023) – A necrópole romana do Sameiro, Valadares – um contributo para o estudo dos seus materiais. *Gaya: Estudos de História, Arqueologia e Património*. Nova Série, 1. Vila Nova de Gaia, p. 79-102.
- MADEIRA, José Luís (2013) – *O Desenho na Arqueologia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela (1989-1990) – As necrópoles de Bracara Augusta. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7. Braga, p. 41-186.
- MIRANDA, Abílio (1927) – Freguesia de Croca. *Penha-fidelis*, 1º ano, n.º 4. Penafiel, p. 73-80.
- MONTEIRO, José L. (2012) – *Necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete – Portugal)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MORAIS, Rui (2009) – Mausoléu, um monumento para a eternidade. In: FERREIRA, Luísa N.; FERREIRA, José R. (org.) – *As Sete Maravilhas do Mundo Antigo: Fontes, Fantasia e Reconstituições*. Lisboa: Edições 70, p. 81-90.
- MORAIS, Rui (2020) – Circulação de cerâmica romana na Hispânia. In: BRANDÃO, José L.; OLIVEIRA, Francisco de (coord.) – *História de Roma Antiga: Vol. II: Império romano do ocidente e romanidade hispânica*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 512-519.

PAZ PERALTA, Juan A. (2008) – Las producciones de *terra sigillata* hispânica intermedia y tardía. In BERNAL CASASOLA, Dario; RIBERA I LACOMBA, Albert (eds. cient.) – *Cerâmicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 497-540.

PEREIRA, André; MONTEIRO, Mário (2011) – Cerâmica comum romana no concelho de Castelo de Vide (estudo preliminar). *Açaфа on line*, 4. Vila Velha de Ródão, p. 2-63. Em linha: <https://www.altotejo.org/acafa-online/> (acedido em 07-05-2024).

PINTO, Ana Rita (2021) – *Estudo do espólio numismático da Necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PINTO, Gilda Correia (1996) – *A necrópole de Montes Novos – Croca, um cemitério da Galleacia Tardorromana*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PINTO, Gilda Correia (1998) – A necrópole romana de Montes Novos, Croca, Penafiel. In: SOEIRO, Teresa (coord.) – *Monte Mozinho, 25 anos de trabalhos arqueológicos*. [Cadernos do Museu, 2]. Penafiel: Museu Municipal, p. 187-244.

PINTO, José M. S. M. (1990-1991) – A necrópole galaico-romana de Corredoura (Campo, Valongo). *Portugalia*, Nova Série, Vol. 11-12. Porto, p. 149-153.

PORTELA, Maria H. (1998) – *As necrópoles romanas do concelho de Amarante*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RETIEF, Francois; CILLIERS, Louise P. (2005 [2006]) – Burial customs and the pollution of death in ancient Rome: procedures and paradoxes. *Acta Theologica*, 26: 2 [Supplementum, 7] [Bloemfontein](#), p. 128-146.

ROLO, Ana M. S. (2010) – *A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SAMPAIO, Hugo A.; BERNARDO, Helena (2016) – *A necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel): novos dados para a compreensão da morte durante a Idade do Bronze*. Resumo da comunicação apresentada às “VI Jornadas de Arqueologia del valle del Duero (Oporto, 2016)”. Disponível em: <https://www.academia.edu/29934732/>.

SAMPAIO, Jorge D. M. S; BERNARDO, Maria Helena P. (2020) – *Relatório final do acompanhamento arqueológico das Obras de ampliação do cemitério de Croca*. Penafiel: Museu Municipal. Texto datilog.

SAMPAIO, Jorge D. M. S; BERNARDO, Maria Helena P. (2022) – *Relatório final do acompanhamento arqueológico das Obras de construção da casa mortuária de Croca*. Penafiel: Museu Municipal. Texto datilog.

SANTOS, Maria José (2005) – *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)*. «Cadernos do Museu», 10. Penafiel: Câmara Municipal, p. 3-100.

SILVA, António M. S. P; LEMOS, Paulo A. P; ABREU, João M. F; RIBEIRO, Manuela C. S. (2012-2013) – *Necrópole Romana da Bóca (Canelas, Arouca)*. Primeiros elementos arqueológicos, *Oppidum. Revista de Arqueologia, História e Património*, 6, Lousada, p. 61-75.

SILVA, António M. S. P; RIBEIRO, Manuela C. S. (2002) – *A necrópole tardo-romana de Alvariça (Espunça, Arouca): algumas notas para uma revisão crítica*. In *Actas do 1º Congresso da Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória*. Vol. I. Porto/Arouca, p. 523-542.

SILVA, António M. S. P. (2021) – *Cale e os Callaeci: territórios e comunidades na foz do rio Douro entre a Proto-história e a Romanidade*. Tese de Doutoramento em Estudos Culturais apresentada à Universidade de Santiago de Compostela.

SILVA, Filipa C. (2007) – *Abordagem do Ritual Funerário da Cremação através da análise dos restos ósseos*. *Al-Madan*, 2ª Série, 15. Almada, p. 41-46.

SILVA, Filipa C.; SANTOS, Ana L. (2020) – *As cremações romanas de Tongobriga na perspetiva da Antropologia*. In: SEBASTIAN, Luís; LIMA, António M. C., coord. –

Tongobriga: coletânea de estudos comemorativos de 40 anos de investigação («Património a Norte», 6). Porto: Dir. Regional de Cultura do Norte, p. 99-119. Disp. em: <http://biblioteca.culturanorte.gov.pt/Catalogo/winlibimg.aspx?&doc=7&img=7>.

SILVA, Gilvan V. (2016) – Ritos funerários e relações de sociabilidade em Antioquia: a propósito do Mosaico do Banquete de Mnemosyne. *História*, 35. São Paulo, p. 1-19.

SILVA, Rodrigo B. (2012) – Arqueologia viária em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira. In: *Atas da mesa-redonda. De Olisipo a Ierabriga* [“Cira Arqueologia”, 1]. Vila Franca de Xira, p. 74-87.

SOEIRO, Teresa (1981-1982) – Monte Mozinho: cerâmica cinzenta fina. *Portugalia*, Nova Série, 2-3. Porto, p. 97-108.

SOEIRO, Teresa (1984) – Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana. *Penafiel. Boletim Municipal de Cultura*, 3ª série, 1. Penafiel.

SOEIRO, Teresa (1987) – Povoado e necrópole do Outeiro (Santiago de Subarrifana, Penafiel). *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*, Vol. XXVII, fasc. 1-4. Porto, p. 235-239.

SOEIRO, Teresa (1992-1993) – Notícia sumária acerca de duas necrópoles romanas, Paço de Sousa, Penafiel. *Portugalia*, Nova Série, vol. XIII-XIV. Porto, p. 282-288.

SOEIRO, Teresa (1998) – O sítio romano da Bouça do Ouro. Boelhe – Penafiel. In *Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida – III* [«Cadernos do Museu», 4]. Penafiel: Museu Municipal, p. 5-62.

SOEIRO, Teresa (2009-2010) – Necrópole romana de Monteiras (Bustelo-Penafiel). In *Monteiras (Bustelo). Uma necrópole com dois mil anos*. [«Cadernos do Museu», 12-13]. Penafiel: Museu Municipal p. 5-221

SOEIRO, Teresa (2015) – A preferência pela inumação nas necrópoles romanas dos sécs. III-IV d.C. do Município de Penafiel (Norte de Portugal). In BRANCO, Gertrudes; ROCHA, Leonor; DUARTE, Cidália; OLIVEIRA, Jorge de; BUENO RAMÍREZ, Primitiva (eds.) – *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário. Actas do II Congresso Internacional Sobre Arqueologia de Transição*. Évora: Universidade de Évora; CHAIA, p. 159-174.

SOEIRO, Teresa (2018) – O Castro do Monte Mozinho (Penafiel, Porto) e o seu aro em época tardo-romana e tardo-antiga. In LÓPEZ QUIROGA, Jorge (coord.) – *In tempore Sueborum. El tiempo de los Suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente. Volumen de Estudios*. Ourense: Deputación Provincial, p. 211-216.

SOEIRO, Teresa (2019) – *Castro de Monte Mozinho: roteiro*. Penafiel: Museu Municipal.

SOEIRO, Teresa; REDENTOR, Armando (2021) – Um altar funerário em Bustelo (Penafiel, Porto, Norte de Portugal). *Portugalia*, Nova Série, 42, Porto, p. 85-109.

SOUSA, Laura; SOEIRO, Teresa (2020) – A necrópole romana do Eirô, Duas Igrejas (Penafiel): intervenção arqueológica de 2016. In ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. – *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1439-1455. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa106>

SOUTELO, Silvia; SOEIRO, Teresa; BERNARDO, Helena; SAMPAIO, Jorge (2024) – The Roman Healing Spa of Termas de São Vicente (Penafiel, Portugal) and Its Surroundings in Roman Times and Late Antiquity. In: SOUTELO, Silvia (ed.) – *Thermalism in the Roman Provinces. The Role of Medicinal Mineral Waters across the Empire*. Oxford: Archaeopress Archaeology, p. 169-188. DOI [10.32028/9781803277752](https://doi.org/10.32028/9781803277752).

TEIXEIRA, Ricardo; DORDIO, Paulo (1998) – Como pôr ordem em 500.000 fragmentos de cerâmica? Ou Discussão da metodologia de estudo da cerâmica na intervenção arqueológica da Casa do Infante (Porto). *Olaria – Estudos arqueológicos, históricos e etnológicos*, 2 (dez. 1998). Barcelos, p. 115-124.

TOYNBEE, Jocelyn M. C. (1971) – *Death and Burial in the Roman World*. London: Thames and Hudson

VAQUERIZO GIL, Desiderio (2011) – Espacios, usos y hábitos funerarios en la Hispania Romana: Reflexiones y últimas novedades, in ANDREU, J.; ESPINOSA, D. e PASTOR, S. (coord.) – *Mors omnibus instat. Aspectos arqueológicos, epigráficos y rituales de la muerte en el Occidente romano*. Madrid: Liceus, p. 191-231.

VEIGA, Estácio S. P. M. (1879) – *Antiguidades de Mafra: ou, Relação archeologica dos caracteristicos relativos aos povos que senhorearam a quelle territorio [...] memoria apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa: Typographia da Academia.